



**UnB**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE DIREITO  
MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO**

**DÉBORA FERNANDES MARANHÃO**

**A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA HERANÇA. ESTUDO DAS INFLUÊNCIAS QUE  
CONTRIBUÍRAM PARA A REDAÇÃO DO ART. 5º, XXX, DA CRFB/88**

**BRASÍLIA  
2020**

**DÉBORA FERNANDES MARANHÃO**

**A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA HERANÇA. ESTUDO DAS  
INFLUÊNCIAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A REDAÇÃO DO ART.  
5º, XXX, DA CRFB/88**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Direito.

Orientador: João Costa Ribeiro Neto.

**BRASÍLIA  
2020**

DÉBORA FERNANDES MARANHÃO

**A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA HERANÇA. ESTUDO DAS INFLUÊNCIAS QUE  
CONTRIBUÍRAM PARA A REDAÇÃO DO ART. 5º, XXX, DA CRFB/88**

Trabalho de Conclusão de Curso de Direito  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Bacharela em Direito defendido e aprovado  
em 8 de dezembro de 2020, sob orientação do  
Professor João Costa Ribeiro Neto

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. João Costa Ribeiro Neto  
Orientador

---

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes  
Avaliadora

---

Prof. Gabriel Campos Soares da Fonseca  
Avaliador

Brasília, 8 de dezembro de 2020

## AGRADECIMENTOS

Cursar Direito, nesta universidade, sempre foi um sonho. Então, esta é apenas uma breve tentativa de agradecer aos que estiveram ao meu lado desde o início e às pessoas especiais que entraram em meu caminho durante estes anos maravilhosos.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela oportunidade de estudar na Universidade de Brasília. Carrego a certeza de que tudo que possuo hoje me foi dado por Sua graça e sei que tenho sido constantemente assistida por Sua misericórdia. Como mãe e providente que é, agradeço também à Nossa Senhora, por ter cumprido esta etapa ao meu lado, ouvindo-me e consolando-me em minhas angústias.

Em seguida, agradeço amorosamente aos meus pais, Maria da Conceição Fernandes Lopes Maranhão e Dotorveu Maranhão Machado Neto. Tantas vezes me ouviram dizer que não podia passar um tempo com eles porque precisava estudar. Exatamente eles, que me proporcionaram tudo na vida, foram os que mais ouviram minhas renúncias e jamais me questionaram. Não precisavam dizer que o estudo era prioridade, nunca mediram esforços para que tivesse acesso a um ensino de qualidade. Obrigada por me apoiarem e incentivarem em todos os momentos.

Agradeço à minha irmã, Bárbara, com certeza meu grande exemplo de dedicação e minha inspiração na vida acadêmica, que me auxiliou e instruiu sempre que precisei. Obrigada por se fazer presente em meu caminho, mesmo distante. Também agradeço aos meus familiares, tios e primos. Desde cedo, recebi deles uma grande herança, a integridade. Estou convicta de que foi a minha família que me deu o conhecimento necessário para ser uma boa operadora do direito, a honestidade e o caráter.

Ao Bruno agradeço por todo o apoio e suporte principalmente no final da minha graduação. Obrigada pelos seus conselhos e por sempre me incentivar a cada pequena conquista. Para além, sou grata aos meus amigos, em especial àqueles que me deram memórias mais felizes destes anos na UnB e pacientemente me instruíram em diversos momentos.

Sou grata ao meu orientador, que me motivou a estudar e me aprofundar no Direito das Sucessões e dirigiu meus esforços neste trabalho. Escolhi este tema para unir duas paixões que conheci durante a graduação – direito das sucessões e o constitucional. Sendo o primeiro influenciado por excelentes aulas que tive com o professor João Costa Ribeiro Neto. Enfim, estendo minha gratidão a todos os professores da Faculdade de Direito, grandes mestres e exemplos profissionais.

Dedico este trabalho à minha família - pai, mãe e irmã - que sempre foram minha inspiração de dedicação e amor incondicional. Estiveram ao meu lado em minhas conquistas e apoiaram meus sonhos, garantido que hoje pudesse concluir mais um deles.

## RESUMO

A CRFB/88 foi a primeira constituição brasileira a consagrar a garantia do direito de herança, no art. 5º, XXX – entre os direitos fundamentais. Foram várias as influências que contribuíram para a constitucionalização da herança. Primeiramente, redação semelhante era prevista no anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, que precedeu os trabalhos constitucionais. Em seguida, na Assembleia Nacional Constituinte de 1987, a análise das atas das reuniões mostra que as menções à herança se concentraram em sua relação com o direito à propriedade. Diante da possibilidade de aprovação da reforma agrária, o receio de que a propriedade fosse limitada acabou influenciando a garantia da herança, como uma forma de impedir restrições sobre os bens dos herdeiros. A incorporação da herança à Constituição brasileira também parece ter sofrido influência de diplomas e constituições internacionais que, mesmo antes de 1988, já tratavam dessa questão. Assim, são várias as influências que contribuíram para a constitucionalização da herança na CRFB/88, de maneira que se nota a importância de assegurar o instituto de direito sucessório no Brasil.

**Palavras chave:** constitucionalização; herança; CRFB/88; influências; Assembleia Nacional Constituinte.

## ABSTRACT

Brazil's Constitution of 1988 was the first national constitution to ensure the right to inheritance, in article 5, XXX - among the fundamental rights. There were several influences that contributed to the constitutionalization of inheritance. First, a similar article was present in the Afonso Arinos Commission draft, which preceded the constitutional work. Then, in 1987, at Brazilian Constituent Assembly, the meetings analysis shows that the debate about inheritance was concentrated in its relationship with the right of property. In face of the agrarian reform approval possibility, the fear that property would be limited ended up influencing the guarantee of inheritance, as a way of preventing restrictions on heir's assets. The incorporation of inheritance into the Brazilian Constitution also seems to have been influenced by international diplomas and constitutions that, even before 1988, already predicted this issue in their texts. Thereby, there are several influences that contributed to the constitutionalization of inheritance, so that it is evident the importance of ensuring the institute of succession right in Brazil.

**Keywords:** constitutionalization; inheritance; CRFB/88; influences; Brazilian Constituent Assembly.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ANC	Assembleia Nacional Constituinte.
CADH	Convenção Americana de Direitos Humanos.
CC/16	Código Civil de 1916.
CC/02	Código Civil de 2002.
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
DUDH	Declaração Universal de Direitos Humanos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
SAIC	Sistema de Apoio Informático à Constituinte
SGCO	Sugestão dos constituintes à Constituinte de 1988



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 O TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DA HERANÇA ANTES DA CRFB/88 .....</b>	<b>11</b>
<b>3 A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987.....</b>	<b>15</b>
<b>3.1 A influência da Comissão Afonso Arinos na constitucionalização da herança .....</b>	<b>16</b>
<b>3.2 Funcionamento da constituinte .....</b>	<b>22</b>
<b>3.3 O direito à herança nas etapas do processo de elaboração da Constituição.....</b>	<b>24</b>
3.3.1 Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais .....	25
3.3.1.1 A questão da propriedade na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais.....	28
3.3.2 Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.....	35
3.3.3 Comissão de Sistematização .....	38
3.3.4 Plenário .....	44
<b>3.4 A discussão sobre a herança em outras subcomissões temáticas .....</b>	<b>45</b>
<b>3.5 A participação popular na Assembleia Nacional Constituinte de 1987 .....</b>	<b>48</b>
3.5.1 Sugestões populares à Assembleia Nacional Constituinte .....	50
3.5.2 Sugestões dos constituintes à Assembleia Nacional Constituinte.....	57
<b>3.6 A influência internacional .....</b>	<b>59</b>
<b>4 AS CONSEQUÊNCIAS DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA HERANÇA.....</b>	<b>65</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>76</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O que se pretende com este trabalho é suscitar fatos que influenciaram na constitucionalização da herança em 1988 – procedendo à interpretação histórica do art. 5º, XXX, da CRFB/88. Não é o objetivo, contudo, esgotar as possibilidades dessas influências. Faz-se aqui o retorno a um momento crucial de redemocratização do país, no qual a inclusão da herança na Constituição assume ainda mais relevância, porquanto foi feita entre os direitos fundamentais.

Por sua posição no rol de direitos e garantias individuais, o direito à herança é protegido pelo art. 60, § 4º, IV, da CRFB/88. Assim, não apenas ostenta *status* constitucional, como também é resguardado de alterações limitantes, em razão de seu desígnio de cláusula pétrea. Considerando que as constituições anteriores não traziam esta previsão, intenta-se investigar as justificativas da inserção da herança, em posição de prestígio, na Constituição promulgada em 1988.

Com o fim de compreender o pensamento constituinte sobre o direito à herança, a pesquisa foi baseada nas atas das comissões e subcomissões responsáveis pela discussão do inciso referido na ANC de 1987. Além disso, fundamentaram este estudo os anteprojeto e substitutivos produzidos durante o trâmite do texto na assembleia, bem como as emendas e os documentos registrados nas bases históricas mantidas pelo Senado Federal.

Isto pois, observar o ânimo constituinte – as falas, as mudanças feitas nos anteprojeto e a evolução da redação – é de suma importância para captar as influências que conduziram à visão constitucional da herança. No entanto, a hipótese de pesquisa é que não será possível apontar uma causa única para a constitucionalização do instituto. Documentos prévios à ANC, o contexto histórico do Brasil antes e durante a constituinte, o clamor popular e as tendências jurídicas internacionais, são algumas das fontes que potencialmente ilustrarão variadas influências na constitucionalização da herança.

Trabalhos pré-constitucionais, como o da Comissão Afonso Arinos, podem auxiliar este estudo, vez que fomentaram outras discussões na constituinte e, possivelmente, também foram determinantes na constitucionalização da herança. Embora o anteprojeto desta comissão não tenha sido formalmente enviado à ANC, os constituintes puderam consultá-lo e aproveitá-lo nas discussões.

Para além, a constituinte de 1987 contou com intenso apoio popular. As sugestões enviadas pela população demonstram demandas sociais em relação ao direito sucessório. Dessa

forma, busca-se entender se a constitucionalização da herança foi motivada pela necessidade de resguardar direitos subjetivos de possíveis ameaças noticiadas pelos cidadãos brasileiros.

Porventura, a introdução da herança, no texto constitucional, visava ao reforço da garantia de outro bem jurídico, tendo em vista a relação estreita entre herança e a propriedade. Sendo a última um direito elementar na CRFB/88, já que consta no *caput*, do art. 5º, e no inciso XXII, desse artigo, é possível que a constitucionalização da herança seja motivada pela necessidade de elevar a proteção da propriedade.

Ademais, como mencionado, a herança está prevista entre dos direitos fundamentais e, antes de 1988, já se verificava movimento em benefício da garantia constitucional dos direitos fundamentais nos diplomas alienígenas. Apesar de a CRFB/88 ser a primeira no Brasil a prever a garantia do direito de herança, não foi a primeira no mundo a fazê-lo. Por isso, a análise de normas estrangeiras é valiosa nesta pesquisa.

As consequências advindas da constitucionalização da herança também podem indicar fatores que influenciaram o pensamento constituinte. Por meio do impacto causado pelo direito constitucional à herança, verifica-se a relevância e o significado do dispositivo para o ordenamento pátrio. Visualizar as consequências será relevante porque consiste em olhar para o presente buscando a concretização das pretensões do passado.

Este trabalho percorre os possíveis fatores que afetaram a inserção da herança na Constituição. O que se anseia é a resposta para uma única pergunta: o que influenciou a constitucionalização da herança? Como resposta, espera-se um universo complexo de possibilidades, de tal forma que o art. 5º, XXX, da CRFB/88, manifeste sua importância dentro do ordenamento jurídico brasileiro em razão das diversas razões que sustentam sua posição dentro do texto constitucional.

## 2 O TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DA HERANÇA ANTES DA CRFB/88

Entre as constituições brasileiras, a de 1988 é a única que prevê a “garantia do direito de herança”. O objeto dessa pesquisa é precisamente entender as influências que agiram sobre a Assembleia Constituinte para que a herança fosse constitucionalizada dessa forma. No entanto, antes de adentrar à questão principal ora em aberto, é importante conhecer o histórico constitucional que a antecede.

A primeira Constituição brasileira, de 1824, ainda no Império, não fazia qualquer menção ao direito sucessório do cidadão. Tratava tão somente sobre a morte do imperador e a respectiva sucessão ao trono. Igualmente silente, nesse aspecto, era a Constituição de 1891, já no Brasil República.

As menções às normas sucessórias começam a aparecer no texto constitucional pátrio com a Constituição de 1934. Contudo, a única referência era em relação à competência dos estados para decretação do imposto sobre transmissão da propriedade *causa mortis*. Adianta-se que a mesma disposição se repete nas próximas cartas constitucionais. Assim disposta no art. 8º, I, “b”, da Constituição de 1934:

Art.8º - Também compete privativamente aos Estados:  
I – decretar impostos sobre:  
[...]  
b) transmissão de propriedade *causa mortis*;

Além do art. 8º, a carta de 1934 volta a mencionar o imposto sobre herança no art. 128, em que a herança e o legado ficam sujeitos ao imposto progressivo. Estas são as primeiras normas constitucionais que envolvem a herança, mas ainda se mantêm no aspecto tributário sem trazer reflexos civis ao direito de herdar do indivíduo.

Como se sabe, a Constituição de 1934 teve vida breve e foi logo substituída pela de 1937. Os termos do art. 8º, I, “b”, em 1934, são repetidos no art. 23, I, “b”, da Constituição de 1937. Adiante, o §4º, do art. 23, desta carta, traz uma nova previsão sobre a incidência do imposto, dispõe sobre qual seria o estado competente para tributar, no caso de bens corpóreos ou incorpóreos, e também sobre a sucessão aberta no estrangeiro.

Art. 23 - É da competência exclusiva dos Estados, salvo a limitação constante do art. 35, letra d:  
[...]  
§ 4º - O imposto sobre a transmissão dos bens corpóreos cabe ao Estado em cujo território se achem situados; e o de transmissão *causa mortis*, de bens incorpóreos, inclusive de títulos e créditos, ao Estado onde se tiver aberto a sucessão. Quando esta

se haja aberto em outro Estado ou no estrangeiro, será devido o imposto ao Estado em cujo território os valores da herança forem liquidados ou transferidos aos herdeiros.

Chegando à Constituição de 1946, novamente se vê a disposição sobre a competência dos estados para decretar o imposto sobre a transmissão da propriedade *causa mortis*. Já sobre a ressalva feita na tributação de bens incorpóreos, essa Constituição tece alterações em relação ao mesmo dispositivo da Constituição anterior.

Art. 19. Compete aos Estados decretar impostos sôbre:

[...]

§ 2º O impôsto sôbre transmissão causa mortis de bens incorpóreos, inclusive títulos e créditos, pertence, ainda, quando a sucessão se tenha aberto no estrangeiro, ao Estado em cujo território os valores da herança forem liquidados ou transferidos aos herdeiros.

Repara-se que o texto parece muito com o da Constituição de 1937, mas retira a parte sobre bens corpóreos. Também na carta de 1967, a última, antes da CRFB/88, a disposição se repete com alterações:

Art. 24 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal decretar impostos sobre:

I - transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza e acessão física, e de direitos

[...]

§ 2º - O imposto a que se refere o nº I compete ao Estado da situação do imóvel, ainda que a transmissão resulte de sucessão aberta no estrangeiro; sua alíquota não excederá os limites fixados em resolução do Senado Federal por proposta do Poder Executivo da União, na forma prevista em lei federal, e o seu montante será dedutível do imposto cobrado pela União sobre a renda auferida na transação.

Ainda na Constituição de 1967, em seu art. 150, há outra previsão interessante – sobre a territorialidade da norma. Observa-se abaixo que o texto é semelhante ao que foi inserido na Constituição vigente, que será detalhada. Parece ser o início de uma preocupação constitucional com o bem-estar do supérstite, clamando a incidência da lei que lhe for mais benéfica.

Art. 150 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

§ 33 - A sucessão de bens de estrangeiros, situados no Brasil será regulada pela lei brasileira, em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que lhes não seja mais favorável a lei nacional do *decujus*.

Feitas as considerações necessárias sobre a presença de normas sucessórias nas constituições anteriores, passa-se à Constituição promulgada em 1988. O texto aborda a herança e regras sucessórias em um de seus principais artigos, cujas normas são cláusulas pétreas, o art. 5º. Em seus incisos XXX, XXXI e XLV, destacam-se as menções mais relevantes:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";

[...]

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

O inciso XXXI rememora os dispositivos já presentes em constituições anteriores, nos quais o constituinte reclama a norma mais benéfica ao cônjuge e filhos brasileiros. No que se refere ao inciso XLV, há uma limitação constitucional à garantia da herança do inciso XXX. No entanto, o direito do cidadão permanece resguardado, porquanto fica previsto que o herdeiro só é obrigado no limite da herança, sem responder com seu patrimônio pessoal por dívida ou pena imposta ao autor de herança. Ressalva-se que, nesse ponto, a Constituição se refere aos sucessores, fazendo com que a norma alcance além dos legítimos à sucessão – estão inclusos também os testamentários.

Outrossim, a CRFB/88 traz mais considerações, como uma passageira, no §2º, do art. 100, em que expressa a possibilidade de um titular de débito alimentício o ser em razão de sucessão hereditária. Outra está no art. 155, §1º, que trata sobre a competência estadual para o imposto sobre a transmissão *causa mortis*. Nota-se que, nesta disposição, não é mencionada a “transmissão da propriedade”, como nas constituições antecedentes.

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I - transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos;

[...]

§ 1º O imposto previsto no inciso I:

I - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal

II - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;

III - terá competência para sua instituição regulada por lei complementar:

a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;

b) se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

IV - terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal;

Da descrição sobre as normas sucessórias presentes nas constituições brasileiras, desde 1824, observa-se que houve uma gradual progressão. Desde o momento em que, por primeiro, uma carta constitucional prevê o imposto sobre a transmissão da propriedade *causa mortis*. Em

seguida, em disposições sobre a territorialidade da norma e qual seria aplicada em caso de bens corpóreos em localidades distintas. Adiante, na previsão sobre a incidência de normas estrangeiras ou nacionais, na qual se opta pela norma mais favorável ao cônjuge e seus filhos brasileiros. Por fim, a linha temporal culmina na Constituição de 1988, que é a mais rica em disposições sobre a herança e a sucessão, alguma delas, inclusive, na guarida do art. 5º.

Mais uma progressão observada é na relação entre a herança e a propriedade, as constituições anteriores previam somente o imposto sobre a transmissão da propriedade *causa mortis*, enquanto na CRFB/88 está previsto o imposto sobre qualquer transmissão *causa mortis*. O que se vê é que nos diplomas anteriores a questão sucessória era atrelada indissociavelmente à propriedade e, na de 1988, a herança ganha autonomia em inciso próprio. Além de um olhar especial do constituinte, que traz normas sobre a sucessão independente da propriedade. Apesar de que, pelo que se verá, a constitucionalização da herança em 1988 é em boa parte devida à necessidade de proteção da propriedade individual.

### 3 A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987 foi instalada aspirando à constituição que refaria as bases para a retomada democrática. Havia um cenário político conturbado em seu contexto histórico, o que certamente afetou a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – um marco, no qual se dissiparam os últimos vestígios formais do regime autoritário<sup>1</sup>. Nesse sentido, o texto promulgado observa este passado para expandir as garantias sociais e reduzir as desigualdades<sup>2</sup>, construindo espécie de escudo a fim de blindar certos direitos de medidas autoritárias que traumatizaram o país.

A Constituição brasileira surge em meio a um processo de redemocratização e representa o esforço da sociedade contra o autoritarismo<sup>3</sup>, fato que importa para compreender o cerne de algumas discussões constitucionais. Até mesmo o próprio Deputado, Ulysses Guimarães, representava esse momento político, já que ele era uma das principais vozes de oposição aos governos militares e foi eleito como presidente da ANC<sup>4</sup>.

Depois de muita repressão, a esquerda podia enfim se manifestar e formou partidos políticos que foram muito influentes durante os trabalhos da ANC - até a reação tardia das forças de centro e direita<sup>5</sup>. Observa-se que alguns dos pleitos da esquerda também tendiam ao reforço das garantias sociais. Ademais, com a intensa participação popular e as possibilidades de diferentes representantes da sociedade discursarem nas audiências públicas, a constituinte brasileira trabalhou de maneira inovadora e participativa<sup>6</sup>.

Nesta senda, em que a constituinte se abre à participação popular para garantir um texto democrático e satisfatório, a Constituição se torna o diploma protetor do clamor popular – no

---

<sup>1</sup> FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12 ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 526.

<sup>2</sup> TROIANO, M. Entre o passado e o futuro: o processo constituinte de 1987-88. Revista de Direito Mackenzie, v. 9, n. 2, p. 197–217, 2016.

<sup>3</sup> BARROSO, L. R. Vinte anos da constituição de 1988: a reconstrução democrática do Brasil. Revista de informação legislativa, v. 45, n. 179, p. 25–37, 2008.

<sup>4</sup> BARROSO, L. R. Vinte anos da constituição de 1988: a reconstrução democrática do Brasil. op. cit. p. 5.

<sup>5</sup> COELHO, J. G. L. O processo constituinte no país e no estado, a nova ordem e as questões federativas. Disponível em: <[http://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos\\_legislativos/article/view/33](http://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos_legislativos/article/view/33)>. Acesso em: 23 abr. 2020.

<sup>6</sup> BARROSO, L. R. Vinte anos da constituição de 1988: a reconstrução democrática do Brasil. op. cit.



qual os direitos humanos fundamentais estariam seguros do autoritarismo. Cândido Mendes, em fala em audiência pública, traz esse ambiente como descrito:

A segunda é este problema: os direitos humanos não podem ser entregues ao Estado, por mais bem-intencionado que ele seja para defendê-los. Temos que vacinar os direitos humanos contra o próprio Estado, que deve assegurá-los<sup>7</sup>.

Fica então demonstrado o ímpeto de salvaguarda dos direitos na constituinte. Como a herança foi inserida na Constituição, no rol de garantias fundamentais, não foge à mesma lógica. Sua constitucionalização foi influenciada pelo contexto histórico brasileiro e pelo ânimo constituinte de proteger certos bens jurídicos da ingerência do próprio Estado. Assim mencionou o constituinte Délio Braz na Comissão de Sistematização da ANC:

Sr. Presidente, o § 36 do art. 5º do Substitutivo Constitucional tem hoje uma redação singela, a exemplo do que constou do art. 31 do denominado Projeto Afonso Arinos. Mas não foi assim desde início. Aliás, é bom fique **destacada a iniciativa desta Constituição que, pela vez primeira, consagra, entre os direitos e garantias dos indivíduos, a garantia, pelo Estado, do direito de herança**<sup>8</sup>.

Além de comentar o objeto de pesquisa deste estudo - a primeira constituição a tratar sobre a garantia da herança – o constituinte menciona a influência do Projeto Afonso Arinos. Trata-se da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, instaurada antes da ANC, exatamente para construir as bases da discussão constitucional. Sem dúvida, é um dos momentos prévios à assembleia mais relevantes à compreensão da constitucionalização da herança, já que foi amplamente comentado pelos próprios constituintes. Por essa razão, anteriormente à análise da ANC, é importante voltar a atenção à Comissão Afonso Arinos.

### 3.1 A influência da Comissão Afonso Arinos na constitucionalização da herança

Antes da instalação da ANC, a Comissão Afonso Arinos<sup>9</sup> discorreu sobre pautas relevantes às discussões constitucionais. Nesta comissão, elaborou-se um anteprojeto cujo

---

<sup>7</sup> BRASIL. Ata da subcomissão dos direitos e garantias individuais. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. p. 69 Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/1c\\_Subcomissao\\_Da\\_Nacionalidade,Dos\\_Direitos\\_Politicos,.pdf](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/1c_Subcomissao_Da_Nacionalidade,Dos_Direitos_Politicos,.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2020.

<sup>8</sup> BRASIL. Atas das comissões. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 27 maio. 1987. p. 1071. Grifos Aditados. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/diarios\\_anc](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/diarios_anc)>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>9</sup> Como ficou popularmente conhecida, sob o nome daquele a presidiu.

objetivo original era estabelecer o alicerce da assembleia por vir e, comprovadamente, foi uma fonte consultada com frequência em 1987:

É da nossa tradição que ao instalar-se, a Assembleia Nacional Constituinte inicia seus trabalhos a partir de um anteprojeto, oferecido ou imposto pelo poder estabelecido. Via de regra, esse texto básico é elaborado por uma “Grande Comissão” ou por uma “Comissão de Notáveis”. Desta vez, ensaiou-se a oferta a esta Assembleia de um anteprojeto elaborado pela chamada “Comissão Arinos”. Esse trabalho, embora desvestido da condição de texto básico, revelou-se uma generosa fonte de sugestões.<sup>10</sup>

Em contrariedade à tradição constitucional brasileira e ao destino intencionado pelo anteprojeto da Comissão Arinos, oficialmente, não houve um texto base para a elaboração da Constituição Federal de 1988 – o que dificultou significativamente a racionalização dos trabalhos da ANC, segundo Luís Roberto Barroso<sup>11</sup>. Contudo, embora ausente um esboço de constituição em caráter oficial, houve influência do estudo constitucional provisório liderado por Afonso Arinos.

A Comissão Provisória foi idealizada por Tancredo Neves, que faleceu antes de tomar posse como presidente. Assim, ao lograr ao Poder Executivo, sob a pressão da necessidade de trabalhos precedentes à ANC, José Sarney, em setembro de 1986, instituiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, composta por 50 (cinquenta) membros de sua livre escolha. A Comissão foi criada pelo Decreto nº 91.450, de 18 de julho de 1985, que, conforme art. 2º, detinha a finalidade de desenvolver pesquisas e estudos fundamentais ao país, a fim de corroborar os trabalhos da ANC, que seria iniciada em fevereiro de 1987.

A Comissão Afonso Arinos elaborou o que seria um anteprojeto norteador das discussões constitucionais. Todavia, ele nunca foi apresentado oficialmente à constituinte<sup>12</sup>. Ocorre que a elaboração do texto foi vista como uma ingerência indevida do Poder Executivo no Poder Legislativo<sup>13</sup>. A gravidade da situação ainda foi acentuada pela liberdade de forma da ANC, um elemento característico e determinante em um contexto de recuperação da democracia pós regime autoritário.

---

<sup>10</sup> BISOL, J. P. Parecer e substitutivo da comissão da soberania e dos direitos e garantias do homem e da mulher. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-66.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

<sup>11</sup> BARROSO, L. R. Vinte anos da constituição de 1988: a reconstrução democrática do Brasil. op. cit. p. 5.

<sup>13</sup> BASTOS, M. V. F. Comissão Afonso Arinos, assembleia nacional constituinte e a elaboração da constituição de 1988: construção, procedimento e legitimidade. [s.l.] Universidade de Brasília, 2018. p. 120.

O presidente da ANC, recém-eleito para tanto, Ulysses Guimarães, nem sequer compareceu à entrega do anteprojeto de Arinos no Palácio do Planalto<sup>14</sup>. Na oportunidade, Ulysses afirmou não ter lido o anteprojeto, mas considerou que seria acatado da mesma forma que as demais sugestões populares, já que, em suas palavras, “este seria apenas mais um projeto entre tantos elaborados por entidades e professores”<sup>15</sup>. Fica evidenciada a tensão formada entre os poderes, de um lado, um anteprojeto que poderia instruir o início dos debates constitucionais e, do outro, a soberania da ANC. Ato contínuo, José Sarney buscou neutralizar a disputa com a comunicação de que o anteprojeto da Comissão Provisória não seria enviado à ANC como previsto.

Em entrevista concedida no painel realizado pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política, da Fundação Getúlio Vargas, Afonso Arinos comenta a justificativa dada pelo, então, Presidente José Sarney, a respeito do não recebimento do anteprojeto pela Assembleia. No momento, prevaleceu a superioridade da ANC em respeito ao seu poder constituinte originário, que pressupõe a liberalidade de determinar os assuntos constitucionais.

E a explicação é muito simples: é que o presidente: não tem condições constitucionais, nem ninguém tem, de mandar um projeto para a Constituinte, porque a característica da Assembleia Constituinte é ser soberana. Ela não pode ser objeto de uma iniciativa que saia de fora dela. Quer dizer, o presidente, como chefe do Executivo, não tem atribuições para enviar um determinado projeto à Assembleia Constituinte, ainda que a Comissão tenha sido elaborada por ele, porque a Assembleia Constituinte está acima de todos os poderes.<sup>16</sup>

Por conclusão, a ANC não recebeu o anteprojeto da Comissão dos Notáveis – outra referência utilizada para a Comissão Provisória, às vezes, com conotação pejorativa. Em caráter oficial, faltou uma base textual que direcionasse as discussões constitucionais e isso afetou o texto promulgado e o trâmite da ANC. Como será visto, subcomissões trataram de matéria além de suas competências, o que poderia ter sido atenuado com a condução adequada aos temas. Em alguns assuntos, como foi o caso da herança, teve mais destaque questão anexa, fora do escopo da subcomissão, que o próprio direito de herdar.

---

<sup>14</sup> MEIRELLES, A. Ulysses tenta esvaziar o trabalho dos notáveis. *Jornal de Brasília*, v. 4211, 1986.

<sup>15</sup> Cf. *Ibid.* p.1

<sup>16</sup> BRASIL. Anteprojeto da comissão provisória de estudos constitucionais. Entrevista concedida em painel realizado pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1986. p. 131. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/download/60121/58440>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

A despeito disso, diversas são as provas de que o texto da Comissão Provisória conseguiu conquistar espaço entre os encarregados do processo constitucional. Apesar de este anteprojeto não ter sido formalmente enviado ao Congresso, ele foi publicado no Diário Oficial, permitindo o acesso dos constituintes. É certo que as discussões da ANC foram consideravelmente influenciadas. Prova disso está nas palavras de Darcy Pozza, relator da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais da ANC, em ata do dia 17 de junho de 1987:

Tivemos, ainda, em vista, além das constituições de vários países, as anteriores constituições brasileiras, entre elas as de 1891, 1934, 1946 e a atual, considerando, inclusive, a valiosa contribuição da Comissão de Estudos Constitucionais<sup>17</sup>.

No que tange ao direito de herança, nota-se a influência da Comissão Provisória, que também o previu como um direito a ser constitucionalizado e deu-lhe espaço no art. 31 de seu anteprojeto. Uma observação valiosa é que o texto deste art. 31 guarda grande semelhança com o que foi posteriormente aprovado no anteprojeto da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais da ANC<sup>18</sup>. Com a ressalva que na subcomissão foi feita uma reunião das ideias de dois dos dispositivos propostos pela Comissão Afonso Arinos. São eles:

Art. 30 – É assegurado o direito à propriedade, subordinada à função social.

Parágrafo único – Nos casos de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, é assegurada aos desapropriados prévia e justa indenização em dinheiro, exceto nos casos do art. 332 desta Constituição.

Art. 31 – É garantido o direito de herança.

Enquanto o texto da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais da ANC dispôs da seguinte forma:

XXIV - a propriedade, subordinada à função social; no caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, é assegurada aos desapropriados prévia e justa indenização em dinheiro, facultando-se ao expropriado aceitar o pagamento em títulos especiais da dívida pública, com as ressalvas previstas nesta Constituição; será nulo o ato praticado com abuso de poder ou desvio de finalidade; é assegurado o direito de herança, vedada a incidência de qualquer tributo, custas ou emolumentos relativos aos bens de espólio que sirvam de moradia ao cônjuge sobrevivente ou a herdeiros;

---

<sup>17</sup> BRASIL. Ata da comissão da soberania e dos direitos e garantias do homem e da mulher. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 17 jun. 1987. p. 17. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup78anc17jun1987.pdf#page=4>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

<sup>18</sup> BRASIL. Anteprojeto da subcomissão dos direitos e garantias individuais. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, 1987. Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/1c\\_Subcomissao\\_Da\\_Nacionalidade,DosDireitos\\_Politicos.pdf](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/1c_Subcomissao_Da_Nacionalidade,DosDireitos_Politicos.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2020.

A semelhança dos dispositivos contribui à noção de que os estudos constitucionais da Comissão Arinos influenciaram verdadeiramente a ANC. Além disso, cabe apontar que Afonso Arinos esteve à frente dos trabalhos da Comissão de Sistematização da ANC, e, como será analisado adiante, nesta comissão, foi feita a modificação textual que transformou o artigo referente à herança e deu-lhe sua redação final que é igual à da Comissão de Estudos Provisórios, também presidida por Afonso Arinos.

Nesse sentido, Márcio Thomaz Bastos, à época presidente do Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil – convidado a discursar na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais da ANC – reforça que, de fato, os direitos individuais propostos pela subcomissão da ANC foram muito influenciados pelos estudos provisórios.

Eminente Relator, penso que o anteprojeto, feito pela Comissão de Estudos Constitucionais, presidida pelo Senador Afonso Arinos, hoje, à frente dos trabalhos da Comissão de Sistematização, desta augusta Assembléia, é muito bom. Deve esclarecer que, inicialmente, quando se noticiou que o Poder Executivo iria montar uma Comissão de Notáveis para fazer um projeto de Constituição, o Conselho Federal da OAB ficou contra essa idéia, na medida em que entendíamos que o Executivo, no Brasil, é tão hipertrofiado, é tão provido de poderes que, se ele enviasse um projeto dele à Assembléia Nacional Constituinte ou ao Congresso Constituinte, com o poder de fogo, com a capacidade de força que tem, talvez, pudesse influir, fortemente, sobre o que viria a resultar em termos de Constituição. De modo que ficamos contra a idéia da Comissão de notáveis, e tomamos essa posição e os motivos pelos quais ela surgiu absolutamente claros.

[...]

De modo que, quando me referi à nossa contribuição como uma contribuição não exauriente, uma contribuição que era meramente aquilo que a OAB pensava a respeito das questões de direitos e garantias, fiz questão de frisar - e está escrito no cabeçalho do nosso texto - que esse trabalho se baseia, e muito, no Anteprojeto Afonso Arinos.<sup>19</sup>

A fala em assembleia demonstra que havia uma aversão inicial, superada pela utilização do anteprojeto de Arinos como fonte para propostas à constituinte. Além disso, favorece a noção de que a constitucionalização da herança, como garantia individual que é, pode ter sua gênese na Comissão de Estudos Constitucionais. O anteprojeto Afonso Arinos ganhou ares de um relatório, consultado em momentos de dúvida<sup>20</sup>.

Os trabalhos da Comissão Provisória chegaram à constituinte principalmente por meio das sugestões e dos discursos de convidados nas subcomissões, como foi o caso da sugestão enviada pela OAB, citada por Márcio Thomaz. Nesta mesma reunião, Leonor Nunes de Paiva - representante da OAB, convidada a debater na subcomissão sobre os direitos da mulher –

---

<sup>19</sup> BRASIL. Ata da subcomissão dos direitos e garantias individuais. op. cit. p. 84

<sup>20</sup> TROIANO, M. Entre o passado e o futuro: o processo constituinte de 1987-88. op. cit. p. 204.

igualmente refere-se ao anteprojeto de Arinos como uma boa contribuição, passível de críticas, principalmente quanto ao direito à herança:

Concordo com o que Dr. Márcio Thomas Bastos acabou de falar sobre o Projeto Afonso Arinos, embora eu tenha restrições a alguns pontos do projeto, como na questão da propriedade. Não à propriedade em si, mas ao direito à herança. Enfim, nem tudo é perfeito. Esta é uma opinião minha, e não da Ordem. Eu gostaria de ressaltar que, quando Tancredo Neves instituiu essa denominada Comissão de Notáveis, houve, realmente, uma oposição da Ordem. Eu gostaria de parabenizar os Constituintes, desta Assembléia de 1987, por inverterem a chamada tradição constitucionalista brasileira, que sempre foi a de instituir uma Comissão de Notáveis e começar a discutir a partir do texto por ela elaborado. Esta Constituinte está invertendo a ordem das coisas: está partindo das suas Subcomissões, ouvindo a nós, a setores significativos da sociedade civil, permitindo a participação direta da população, e só daí partindo para elaborar o projeto. Então, isso é extremamente vantajoso, feliz, generoso, democrático, para a reconstrução do Brasil. Quero parabenizar os Constituintes aqui presentes, pela decisão tomada<sup>21</sup>.

Assim, a influência da Comissão de Arinos parece ter sido indireta. Justamente porque a constituinte era avessa à interferência do Executivo em sua soberania. Em contrapartida, por vezes, fala-se na ANC sobre a Comissão de Estudos Provisórios e algumas sugestões entregues à Assembleia se basearam em seu anteprojeto. É bem verdade que os constituintes criticavam partes deste anteprojeto, mas a menção acima sugere que houve uma observação atenta das ideias suscitadas pelos estudos provisórios. Como demonstra a fala de Leonor Nunes, ela ponderou a proposta do anteprojeto da Comissão Afonso Arinos sobre o direito à herança, mesmo que a recepção tenha sido negativa.

Ainda com o intuito de aproximar a concepção da herança, como direito constitucional, na Comissão Provisória e na ANC, destaca-se brevemente a oitava reunião da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais. No dia 24 de abril de 1987, Cândido Mendes compareceu à audiência pública. À época, introduzido como Secretário-Geral da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, do Rio de Janeiro, Presidente do Conselho de Ciências Sociais da UNESCO e membro da Comissão Afonso Arinos.

Cândido Mendes foi o relator da Comissão de Justiça e Paz, que discutiu os direitos humanos na Comissão Arinos, em escopo semelhante ao da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais a que fora convidado a discursar. Além de realizar um longo e aclamado discurso, tratando sobre os chamados "direitos humanos modernos"<sup>22</sup> – os direitos difusos –, pós regime militar, ele respondeu a questionamentos dos constituintes. No decorrer da reunião,

---

<sup>21</sup> BRASIL. Ata da subcomissão dos direitos e garantias individuais. op. cit. loc. cit.

<sup>22</sup> BRASIL. Ata da subcomissão dos direitos e garantias individuais. op. cit. p. 74

observa-se que o discurso e as perguntas dos membros da subcomissão foram voltados às discussões e os desafios enfrentados pela Comissão dos Notáveis.

A simples presença de Cândido Mendes esclarece que houve uma tentativa de recuperação dos debates e da produção cognitiva da Comissão de Estudos Constitucionais. Neste momento, apenas pontua-se a contribuição feita por ele, para reafirmar a influência dos estudos provisórios em debate que permeia a herança na ANC. Todavia, adiante se retomará este discurso de Cândido Mendes a fim de realmente compreendê-lo.

Da mesma forma, os demais convidados ao debate, na subcomissão da ANC, denotam o interesse dos constituintes em conhecer os bastidores do texto do anteprojeto da Comissão Provisória. Assim, também as falas e sugestões supracitadas apontam a consulta ao anteprojeto, que nem mesmo foi formalmente enviado ao Congresso. Reputa-se, por fim, ao dispositivo do direito à herança, cujo texto promulgado guarda identidade com o proposto pela Comissão Provisória em seu anteprojeto. Este estudo busca lograr a origem da constitucionalização do direito sucessório no Brasil. Portanto, compreender que possa ter sido uma concepção nascida na Comissão de Estudos Constitucionais é de fundamental importância.

É o entendimento de Judith Martins-Costa<sup>23</sup>, que expressamente aponta, que o dispositivo que garante a herança na CRFB/88, adveio da proposição da Comissão Afonso Arinos. Corroborando as minúcias supracitadas que conduzem a esta conclusão. Assim, exposta a influência pré-constitucional que a Comissão Afonso Arinos exerceu nas discussões da ANC, é possível começar a detalhar os fatos históricos que levaram à promulgação do art. 5º, XXX, na CRFB/88.

### **3.2 Funcionamento da constituinte**

Inicialmente, é importante esclarecer o funcionamento da ANC a fim de favorecer a compreensão do momento em que cada etapa analisada neste estudo ocorreu. Portanto, tem-se que a Assembleia Nacional Constituinte foi composta por membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, com regimento interno previsto na Resolução nº 2/87. Para elaboração da Constituição, a discussão foi dividida em comissões e subcomissões temáticas, com o intuito de exaurir cada tema.

---

<sup>23</sup> COSTA, J. M. Art. 5, XXX – é garantido o direito de herança. In: CANOTILHO, J. J. G. et al. (Eds.). Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 714.

Em seguida, consta a forma de trabalho da ANC prevista na Resolução nº 2/87, ou seja, não são considerados os atrasos ocorridos e as possíveis transgressões ao regimento. Ressalva-se apenas uma alteração – ulterior à Resolução mencionada – no trâmite da Comissão de Sistematização, que foi pontuada na descrição abaixo.

Foram criadas 8 (oito) comissões com o total de 63 (sessenta e três) membros. Acrescidas da comissão de sistematização, que foi composta por 49 (quarenta e nove) membros, entre eles, presidentes e relatores das demais comissões, contando com a participação de todos os partidos com assento na Assembleia. O art. 15 da resolução denota a segmentação de cada comissão em suas respectivas subcomissões – ressalvada a Comissão de Sistematização que não sofreu subdivisões.

A partir de sua criação, cada subcomissão teve 45 (quarenta e cinco) dias para consolidação e submissão do anteprojeto à comissão. Etapa que começou pelo anteprojeto elaborado pelo relator de cada subcomissão, que poderia ser feito à sua discricionariedade, com ou sem discussão preliminar. Este anteprojeto foi distribuído aos membros da subcomissão para emenda. Após a discussão, o relator, em 72 (setenta e duas horas), deu parecer sobre as emendas e submeteu-as, com o anteprojeto, à votação. O texto final dessa etapa é o anteprojeto da subcomissão.

O anteprojeto da subcomissão seguiu para sua respectiva comissão, onde os membros elaboraram emendas que formaram o texto substitutivo apresentado pelo relator da comissão. Seguidamente, o relator da comissão emitiu parecer sobre o anteprojeto, com a apresentação de substitutivo, que sofreu mais uma fase de emendas para formação do anteprojeto da comissão. O texto aprovado pela comissão foi encaminhado à Comissão de Sistematização.

Antes de prosseguir à próxima fase, cabe pontuar que, de acordo com a Resolução nº 2/87, não poderia haver emendas de mérito na Comissão de Sistematização. Esse fato movimentou os constituintes à formação do Centrão, em defesa da possibilidade de emendar os textos enviados pelas comissões. Por fim, a votação terminou favorável à mudança no regimento interno e foram viabilizadas as emendas de mérito na Sistematização<sup>24</sup>.

Então, o relator da Comissão de Sistematização apresentou relatório fundamentado aos anteprojetos das comissões e a Sistematização seguiu com as emendas ao anteprojeto de cada comissão, formando o Projeto de Constituição. A partir do projeto, novas emendas foram feitas

---

<sup>24</sup> TEMER, M. A constituinte de 1988. In: TOFFOLI, J. A. D. (Ed.). . 30 Anos da Constituição Brasileira - Democracia, Direitos Fundamentais e Instituições. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 777.



para se chegar ao segundo substitutivo do relator da Comissão de Sistematização. Uma vez aprovado o texto pela comissão, foi encaminhado ao Plenário para votação.

No Plenário, também foram apresentadas emendas para lograr ao texto final. O presidente da ANC recebeu o substitutivo da Sistematização, determinou a publicação no Diário da ANC e iniciou prazo para discussão e apresentação de emendas pelos constituintes. Após as votações e emendas, tem-se o texto da nova Constituição. Por fim, o texto passou pela Comissão de redação para reparos textuais. Com a promulgação, dissolveu-se a assembleia.

### **3.3 O direito à herança nas etapas do processo de elaboração da Constituição**

A discussão do capítulo “dos direitos e deveres individuais e coletivos”, em que está o direito à herança - posteriormente constitucionalizado no art. 5º, XXX, da CRFB/88 - foi designada à Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais, inserida na Comissão dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Dada a relevância da realização de uma constituinte, a Câmara dos Deputados desenvolveu um acervo virtual do material produzido durante a ANC, é o portal da Constituição cidadã<sup>25</sup> em que estão presentes as atas das reuniões<sup>26</sup> da subcomissão para consulta pública.

Além disso, como será visto, outras bases históricas do Senado Federal reúnem informações detalhadas sobre os acontecimentos durante a constituinte. No intuito de buscar as influências para a constitucionalização da herança, todo esse material será aproveitado na análise do trâmite do dispositivo que colocou a herança no rol de garantias individuais, desde seu surgimento no anteprojeto do relator da subcomissão até a promulgação do texto final.

Em todas as etapas da ANC, as pesquisas deste estudo se basearam nas atas das reuniões, nas emendas e nos documentos produzidos, como os anteprojetos e substitutivos. Todavia, nem todas essas fontes geraram resultados pertinentes ao entendimento da herança em 1987. Posto isto, serão destacados os aspectos mais relevantes encontrados durante as pesquisas.

---

<sup>25</sup> Portal da constituição cidadã. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/o-processo-constituente](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/o-processo-constituente)>. Acesso em: 10 mar. 2020.

<sup>26</sup> Subcomissão dos direitos e garantias individuais. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/Comissao-1/subcomissao1c](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/Comissao-1/subcomissao1c)>. Acesso em 20 mar. 2020.

### 3.3.1 Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais

As discussões constitucionais nas subcomissões têm como base inicial o anteprojeto elaborado por seu relator, no caso da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, é o constituinte Darcy Pozza. Seu anteprojeto foi apresentado em 11 de maio de 1987 e já previa o direito à herança. Inclusive, a progressão do dispositivo desde o anteprojeto do relator, até a promulgação do texto final, foi pontuada pelo constituinte Délio Braz:

Na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, consagrou-se no item XXIII a seguinte redação: "É assegurado o direito de herança, vedada a incidência de qualquer tributo, custas ou emolumentos relativos aos bens do espólio que sirvam de moradia ao cônjuge sobrevivente ou a herdeiros".

O mesmo dispositivo foi mantido na redação final, sob o número de item XXIV, na versão submetida pelo ilustre Relator, Constituinte Darcy Pozza, à aprovação da Subcomissão, o que foi feito em 23-5-87<sup>27</sup>.

Portanto, o direito à herança aparece em textos oficiais da ANC desde a primeira oportunidade, o anteprojeto do relator da subcomissão (art. 5º, XXIII). Tendo em vista a possível influência da Comissão de Estudos Constitucionais, na atribuição do caráter constitucional à herança, torna-se necessário comparar as diferenças entre as proposições do anteprojeto dos estudos provisórios e do, ora em destaque, anteprojeto do relator da subcomissão da ANC.

No anteprojeto do relator, o direito à herança veio primeiramente ligado à garantia da propriedade, vínculo que foi mantido pelas emendas e alterações posteriores da subcomissão. Não obstante, o texto sugerido pela Comissão Afonso Arinos trouxe o direito à herança em artigo próprio, mas o artigo anterior continha a mesma previsão sobre a propriedade – e as garantias quanto à desapropriação – que o texto da subcomissão da ANC. A previsão da subcomissão retira a autonomia da herança e a propõe como um direito acessório da propriedade. Enquanto, no anteprojeto de Arinos, o direito de herdar goza da mesma autonomia que detém atualmente, em patamar igual ao direito de propriedade.

Após emendas ao anteprojeto do relator, a Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais aprovou texto que configurou o anteprojeto da subcomissão. A mudança feita se reteve à previsão da indenização por desapropriação em títulos da dívida pública:

---

<sup>27</sup> BRASIL. Atas das comissões. op. cit. p. 1071.

*Tabela 1 - comparação entre o anteprojeto do relator da subcomissão e do anteprojeto da subcomissão de direitos e garantias individuais*

<b>Anteprojeto do relator da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais da ANC</b>	<b>Anteprojeto da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais da ANC</b>
XXIII - A propriedade, subordinada à função social, no caso de desapropriação por necessidade e para destinação pública, ou por interesse social, é assegurada aos desapropriados prévia e justa indenização em dinheiro, com as restrições previstas nesta Constituição. Será nulo o ato praticado com abuso de poder ou desvio de finalidade. É assegurado o direito de herança, vedada a incidência de qualquer tributo, custas ou emolumentos relativos aos bens do espólio que sirvam de moradia ao cônjuge sobrevivente ou a herdeiros.	XXIV - a propriedade, subordinada à função social; no caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, é assegurada aos desapropriados prévia e justa indenização em dinheiro, facultando-se ao expropriado aceitar o pagamento em títulos especiais da dívida pública, com as ressalvas previstas nesta Constituição; será nulo o ato praticado com abuso de poder ou desvio de finalidade; é assegurado o direito de herança, vedada a incidência de qualquer tributo, custas ou emolumentos relativos aos bens de espólio que sirvam de moradia ao cônjuge sobrevivente ou a herdeiros;

Nestes textos iniciais da ANC, transcritos acima, a função social e a herança são marcadas como acessórios da propriedade. Ao passo em que, na redação final da CRFB/88, existe certa horizontalidade entre a propriedade e a herança. Assim, nota-se que, em algum momento da assembleia, houve mudança nesta concepção. Será por meio das atas das reuniões da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais que se buscará entender a manutenção deste vínculo entre a propriedade e a sucessão no anteprojeto do relator e no da subcomissão. Em momento posterior, espera-se que essa análise ajude a entender a referida mudança nas fases seguintes da ANC.

Segundo as normas aplicadas à ANC, o anteprojeto do relator é o primeiro texto levado formalmente à discussão das subcomissões. No caso, o direito à herança foi incluído pelo relator em seu anteprojeto. Então, o que se pretende é avaliar as questões decorrentes da previsão do relator, despertadas pela Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais.

Inicialmente, assinala-se que, em que pese ter sido oportunizada aos membros a possibilidade de emenda ao anteprojeto do relator, o texto aprovado pela subcomissão é muito semelhante ao original, como demonstrado acima. Em suma, a alteração feita foi a inclusão de trecho sobre a desapropriação, que é secundária em relação à propriedade e apartada da herança. Isso reflete o teor das discussões na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, que será detalhado. Na verdade, ao analisar as atas das reuniões desta subcomissão, vê-se que pouco se falou sobre o direito à herança, o assunto que obteve mais relevância nas reuniões foi a “propriedade”, da qual a herança se tornou direito acessório, como já ressaltado.

Ainda assim, as atas das reuniões figuram como fonte protagonista no estudo das discussões desta subcomissão e trazem informações relevantes. Todavia, alguns dos trechos já foram mencionados, no que diz respeito também à Comissão Afonso Arinos. Prossegue-se, portanto, retomando o olhar à oitava reunião da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, em que houve a participação de Cândido Mendes. O presidente da subcomissão, Antônio Mariz, questionou-o a respeito da autonomia dada à herança no anteprojeto de Arinos:

Finalmente, nesses pontos tópicos, mas nem por isso menos substantivos e importantes, na questão da propriedade exclui-se esta da condição privilegiada de um dos quatro direitos fundamentais. Atribui-se a ela função social. Por que dar autonomia ao direito de herança, que é reflexo do direito de propriedade? Por que distingui-lo entre os direitos enumerados nesta declaração? Este seria outro ponto.<sup>28</sup>

A indagação refere-se ao fato de que o anteprojeto de Arinos retirou protagonismo da propriedade, para subordiná-la a sua função social, sendo que ao direito à herança foi conferida autonomia. Até então, a propriedade era vista como direito fundamental que gozava de proteção elevada, enquanto a herança era um direito acessório da propriedade. Essa dualidade de concepções foi observada na comparação com o anteprojeto do relator da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, que coaduna com a posição do constituinte Antônio Mariz, qual seja, a inclusão da herança como decorrência da propriedade e não como direito autônomo.

Ademais, considerando que o anteprojeto da Comissão Afonso Arinos não versava sobre a fundamentalidade do direito à propriedade e, ainda, o subordinava a sua função social, possivelmente se estaria diante de uma contradição – já que conferia o direito à herança sem subordinação alguma.

Em resposta à Antônio Mariz, Cândido Mendes afirma que à época foi voto vencido nesta questão. No entanto, explica não haver contradição<sup>29</sup>. Ocorre que, o *caput* do artigo em comento, do anteprojeto da Comissão Provisória, versa sobre direitos fundamentais e não define o limite entre os direitos individuais, sociais e difusos. O direito à propriedade estaria em um limbo, intermediário entre os sociais e individuais, por isso não se trata de afastar seu caráter fundamental, que está assegurado. Apenas não foram feitas distinções entre os direitos fundamentais ali previstos. Exprime-se a propriedade como subordinada a sua função social e vinculada ao direito à herança, uma vez que é sua prolongação no tempo.

---

<sup>28</sup> BRASIL. Atas das comissões. op. cit. p. 72.

<sup>29</sup> BRASIL. Ata da subcomissão dos direitos e garantias individuais. op. cit. p. 73.

[...]

Não há contradição entre os dois tratamentos na sistemática adotada pela Comissão. O que há, sim, é o reconhecimento de que, como não se fala em direitos individuais, ele está elencado dentro dos direitos fundamentais, cada um dentro desse particular, e o direito à propriedade, como procurei adiantar aqui, ficou exatamente na chameira ou ponte entre os direitos sociais e os individuais. E a discussão, talvez, mais alentada da Comissão, a quem gostaria de passar, inclusive, não só o texto, mas os Anais. Entendemos o direito de propriedade, ali, como um direito subordinado - ele mesmo, direito - à sua social e ao mesmo estaria vinculado também, à sua seqüência, o direito de herança.<sup>30</sup>

Insta notar que a subcomissão da ANC teve interesse em compreender o motivo do destaque ao direito à herança. Mais, no trecho em relevo, Cândido Mendes afirma disponibilizar os anais da Comissão de Estudos Constitucionais, o que se ressalta de forma breve apenas para novamente pontuar a influência exercida na ANC.

Em continuidade, como exposto, apesar do questionamento quanto à autonomia da herança, a subcomissão conservou o entendimento exarado no anteprojeto do relator. Após os debates e a oportunidade de emendar o texto, aprovou-se o anteprojeto da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, no qual se manteve o direito à herança como uma expressão do direito de propriedade – razão pela qual foi dado destaque ao direito de propriedade, subordinado à sua função social e do qual decorre a garantia da herança.

Percebe-se que são poucos os discursos constitucionais que trataram sobre a herança na subcomissão. De fato, os trechos destacados são os únicos em que se viu referência expressa à herança ou às discussões correlatas. Além do mais, a maioria das menções à herança não foi motivada pelo próprio direito de herdar. Como se viu na subcomissão, a notoriedade é da propriedade, o que obriga que esta análise também a observe.

### 3.3.1.1 A questão da propriedade na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais

Muito embora a herança seja o foco deste estudo, como ela foi entendida pela subcomissão como reflexo da propriedade, cabe tentar alcançar o que significava a proteção da propriedade para os constituintes. As discussões mostram que a garantia da propriedade importava porque era uma das maiores aflições do cidadão brasileiro naquele momento. Em algumas ocasiões, fala-se que a propriedade deve ser assegurada pela Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais porque não se sabia que rumo as discussões sobre a reforma agrária

---

<sup>30</sup> BRASIL. Atas das comissões. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. p. 73. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/diarios\\_anc](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/diarios_anc)>. Acesso em: 21 abr. 2020.

seguiriam em outras subcomissões, como a da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, vinculada à Comissão da Ordem Econômica.

É na reunião<sup>31</sup> realizada em 19 de maio de 1987, que os constituintes discutem, na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, se eles deveriam retirar o direito à propriedade do anteprojeto e deixá-lo para outra subcomissão, cujo objeto comportava melhor a questão. Prevalece, contudo, o entendimento de que a garantia da propriedade é tão vital, que deve ser feita sem deixar à sorte do anteprojeto de outra subcomissão. Isto pois, pelo que alguns constituintes apuraram e relataram, a reforma agrária ganhava espaço na Subcomissão de Política Agrícola.

Com o fim de ilustrar os pontos supracitados sobre a propriedade, seguem trechos registrados em ata desta reunião<sup>32</sup>:

O sr. constituinte Ubiratan Spinelli: – No nosso entender, **o direito à propriedade é inerente inclusive por herança**. Logicamente, seria um retrocesso tirá-lo da nossa Subcomissão, porque aqui tratamos dos direitos e das garantias individuais. **Não sei por que iríamos tirar da nossa Subcomissão o item direito à propriedade. Ontem mesmo, estive na Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, e lá, pelo que estou vendo, a reforma agrária está restringindo ao máximo o direito à propriedade**. Se aqui pelo menos não propusermos uma fórmula para o direito à propriedade, certamente nossa Subcomissão ficará sem validade alguma. Perguntaria: para que regime partiríamos, se o direito à propriedade é inerente ao regime em que vivermos?! Qual é o regime que V. Ex.a propõe? Vamos mudar tudo? Não teremos mais um regime capitalista? Vamos partir para o socialismo ou para o comunismo? Se V. Ex.a quer tirar o direito à propriedade, de herança, de tudo, fica difícil se chegar a uma conclusão. Daqui a pouco, não teremos direito a nada<sup>33</sup>.

O sr. constituinte José Carlos Coutinho: – Entendemos que o **direito à propriedade é um direito natural do indivíduo**. Ele já nasce com esse direito. Por que tirá-lo? Acho que deveríamos até ampliá-lo dentro do direito individual; é uma garantia do indivíduo. O Estado deveria garantir isso individualmente, porque, na Subcomissão da Ordem Econômica e Social, pode-se alterar, como se vem fazendo neste País, até o direito à vida. Este seria um direito natural do cidadão<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> Esclarece-se que a reunião indicada ocorreu antes dos acontecimentos narrados em tópico precedente, da discussão sobre a herança na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais. O corte foi feito para dividir a análise sobre as menções à herança e à propriedade dentro dessa subcomissão. Para compreensão da linha temporal, deve-se atentar que os trechos destacados desta reunião se referem ao anteprojeto do relator, momento em que a subcomissão discutia as emendas que seriam apresentadas para que, então, fosse concluído o anteprojeto da subcomissão.

<sup>32</sup> BRASIL. Atas das comissões. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 19 maio. 1987. p. 247. Grifos Aditados. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/diarios\\_anc](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/diarios_anc)>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>33</sup> Ibid. Grifos Aditados.

<sup>34</sup> Ibid. Grifos Aditados.

A sra. constituinte Lúcia Vânia: – Acho que essa questão do direito à propriedade como um direito individual é uma discussão doutrinária. Torna-se muito difícil discutirmos se deve ou não ser colocado nesta Subcomissão. Acredito que, dentro do pensamento da maioria dos que aqui estão, devemos colocar o direito à propriedade como um direito fundamental do ser humano. Não podemos entender que estejamos aqui advogando os direitos individuais sem assegurar **o direito à propriedade, sem dúvida alguma, o maior clamor da sociedade brasileira**. É bem verdade que estaremos aqui para interpretar o que foi estabelecido na Comissão da Ordem Econômica. Concorde com V. Ex.a, quando diz que não nos compete estabelecer as indenizações. Isso já foi objeto de discussão aqui, mas reafirmo nosso pensamento de que deva ser tratado como direito individual<sup>35</sup>.

O país vivenciava um momento pós regime autoritário, a Constituição era possibilidade de garantir certos direitos para que jamais lhe fossem usurpados novamente. Apontar a propriedade como direito fundamental para atender ao clamor da sociedade brasileira é uma forma de elevar a propriedade a um nível de garantia que a tornasse intocável. Ao proteger a propriedade, a herança foi elevada ao mesmo patamar de custódia. Além disso, essa preocupação com o avanço da legislação agrária em detrimento dos direitos de propriedade será importante para compreender o clamor social em torno da propriedade.

Vê-se que, quando os constituintes se referiam à herança, buscavam que a propriedade do indivíduo fosse garantida em face de terceiro e do Estado. Para além disso, o constituinte Ubiratan Spinelli expressa, em seguida, na mesma reunião, sua preocupação com o anteprojeto do relator que permitia uma política estatizante, segundo a qual o uso impróprio e abaixo da potencialidade do meio de produção geraria a perda da propriedade em favor do Estado. O medo manifesto era de que, com normas assim, ninguém mais quisesse produzir no Brasil e o texto ainda colocava em risco as empresas e não apenas as terras para a reforma agrária.

Algumas partes do anteprojeto do relator da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais traziam medidas para permitir a tomada de bens particulares, em razão do descumprimento da função social, dando ao Estado ingerência nos meios de produção e nas propriedades rurais. Unido a isso, a reforma agrária assumia protagonismo em outras subcomissões. Ou seja, muito embora a garantia da propriedade fosse imprescindível ao cidadão brasileiro da década de oitenta, estava sendo restringida nas discussões constitucionais, por meio da função social e da reforma agrária.

Neste contexto, inserem-se os trechos destacados acima, os constituintes tentavam afastar as restrições sobre o direito à propriedade e assegurar que, nesta Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, ele estaria tutelado de forma ampla. Enquanto na Subcomissão

---

<sup>35</sup> Ibid. Grifos Aditados.

da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, exaltavam-se medidas para fragilizar a propriedade pelo enfraquecimento dos latifúndios e das terras improdutivas.

Isto posto, passa-se a delinear o que acontecia concomitantemente nas discussões em outras subcomissões, que provocaram esse temor sobre a redução da propriedade. Primeiramente, no relatório<sup>36</sup> que antecede a apresentação do anteprojeto do relator à Subcomissão da Reforma Agrária, Oswaldo Lima Filho, denota que foi utilizado o conceito de propriedade como “correspondente a uma obrigação social”. Bem diferente da ideia de direito fundamental que era prezada pelos constituintes da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais. Esse relatório retoma o histórico da reforma agrária no mundo e indica que, no Brasil, houve um brado por uma legislação agrária que se tornou latente no governo de João Goulart, devido a movimentos populares dos trabalhadores rurais.

Todavia, conforme o relator, as normas criadas por aquele governo - precisamente a Emenda Constitucional nº 10/64 à Constituição de 1964 - não impediram que a modernização do campo causasse uma migração rápida e numerosa da população do campo para as cidades. As cidades não estavam preparadas para absorver um contingente populacional tão elevado, estimado em trinta milhões de pessoas - segundo a Organização Internacional do Trabalho. A falta de empregos e moradias leva à formação de aglomerados periféricos e favelas nas cidades, além da violência no campo pela disputa de terras.

Tendo em vista a conjuntura do país, o anteprojeto<sup>37</sup> do relator da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária buscava também a reforma fundiária das terras públicas, além de outras medidas mais ousadas para o progresso da reforma agrária no país – como a aplicação do conceito alemão de obrigação social, a proteção aos imóveis rurais de pequenas dimensões e a adoção da área máxima e indenização, baseada no Imposto Territorial Rural (ITR). Durante o percurso do anteprojeto na subcomissão, houve a proposição de alguns substitutivos à proposta do relator, o que demonstra um ambiente carregado de tensão e ideias colidentes.

O relator, então, elaborou anteprojeto acatando apenas em parte a proposta da UDR<sup>38</sup>, que limitava o trecho que viabilizava a Reforma Agrária. Assim, aumentou o número limite de

---

<sup>36</sup> LIMA, O. Relatório e anteprojeto da Subcomissão da política agrícola e fundiária e da reforma agrária. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 8 maio. 1987. p. 12 Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-177.pdf>> Acesso em: 19 maio de 2020.

<sup>37</sup> Ibid. p. 15.

<sup>38</sup> União Democrática Ruralista.



módulos que poderia ter a propriedade e dispensou a imissão automática da posse<sup>39</sup>. Não obstante, houve muita confusão no dia da votação – em 23 de maio de 1987 –, chegaram até mesmo às vias de fato. No relatório que antecede a apresentação deste anteprojeto, consta o retrato de tumulto e interrupções da votação por motivo de agitação na Assembleia.

Aconteceu que a bancada ruralista fez diversas manobras para minimizar as medidas progressistas contidas no anteprojeto do relator, transgredindo, inclusive, o regimento interno da casa. Há que se falar também que era feita a manipulação dos resultados por ações dos próprios presidentes de algumas subcomissões, que indagavam ulteriormente a falta de quórum para início da sessão, oportunamente, quando a votação de certo tema lhe era desfavorável<sup>40</sup>.

Apresentou-se até mesmo substitutivo integral ao anteprojeto do relator, Oswaldo Lima Filho. Em que pese ser uma diligência vedada pelo Regimento Interno da ANC, o presidente da subcomissão, Edson Lobão – da ala conservadora – indeferiu os questionamentos e deu prosseguimento ao substitutivo com base no regimento da Câmara dos Deputados. Além disso, novamente em desconformidade ao regimento da ANC, o presidente procedeu à votação do substitutivo antes do anteprojeto do relator. O substitutivo foi aprovado em detrimento do anteprojeto do relator, deixando obsoletas a propostas mais robustas quanto à reforma agrária<sup>41</sup>.

O caos instaurado repercutiu para fora das paredes da ANC. Em outubro, deste mesmo ano, a Comissão Nacional dos Rurais organizou uma caravana de 8.000 (oito mil) pessoas que acamparam durante 3 (três) dias em Brasília em prol da aprovação da reforma agrária naquela constituinte<sup>42</sup>.

Em que pese uma das maiores mobilizações sociais, tanto nos protestos quanto na emenda popular sobre a reforma agrária, assinada por mais de 1. 200.000 (um milhão e duzentas mil) pessoas, as manobras políticas impediram a progressão da questão agrária no Brasil. Foram feitos acordos políticos para superar a desordem nas votações, ao fim, resistiu um acordo que

---

<sup>39</sup> RATTES, A. M. Um olhar de 20 anos. In: Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular - caderno de textos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. p. 13.

<sup>40</sup> TROIANO, M. Entre o passado e o futuro: o processo constituinte de 1987-88. op. cit. p. 204.

<sup>41</sup> Ibid. loc. cit.

<sup>42</sup> REVERS, I. O sonho que virou pesadelo. In: Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular - caderno de textos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. p. 63–65.

assegurava a aprovação de um substitutivo que ao menos não traria retrocesso à reforma agrária no Brasil<sup>43</sup>.

Contudo, de um anteprojeto progressista não restou sequer o óbice ao retrocesso em termos de política agrária. Em 10 de maio de 1988, já na Comissão de Sistematização da ANC, foi aprovada emenda supressiva que retirou a possibilidade de desapropriação da propriedade produtiva para a reforma agrária<sup>44</sup>. Emenda esta de autoria do Centrão, que tornou a propriedade produtiva insuscetível de desapropriação, ainda que ausente sua função social<sup>45</sup>.

Foi na Comissão de Sistematização que o medo das mudanças trazidas, principalmente, pela intensa participação popular na ANC em prol da reforma agrária, culminou na criação do Centro Democrático, o Centrão - grupo que reuniu parlamentares de ideias conservadoras<sup>46</sup>. Formado em meio ao embate, foi, senão o maior, um dos principais obstáculos da reforma agrária no Brasil. O Centrão interferiu em várias comissões, mas sua atuação foi latente nas discussões agrárias.

A Comissão de Sistematização a princípio não teria muita possibilidade de mudança do texto que chegasse por meio das comissões temáticas. No entanto, foram propostas mudanças de regimento interno para ampliar a atuação da comissão. Algumas previam a liberdade total para modificar e suprimir dispositivos, o que mais uma vez foi motivo de conflito na assembleia. Após muitas negociações e tentativas, o Centrão conquistou a primeira das várias vitórias que teria na ANC, a mudança do regimento para fazer com que todos os dispositivos do Projeto de Constituição tivessem que passar pela votação da maioria absoluta da Comissão de Sistematização<sup>47</sup>. Isso permitiu que muitas propostas progressistas pudessem ser vetadas.

O regime ditatorial vivenciado pelo Brasil, além de tolher o cidadão de diversas garantias sociais, perseguiu lideranças e sufocou a luta pela terra <sup>48</sup>. Este momento constitucional, em um cenário de redemocratização, soava propício para conquistar direitos que

---

<sup>43</sup> Ibid.

<sup>44</sup> Ibid.

<sup>45</sup> SOUZA, M. R. DE; SAUER, S. A reforma agrária e a constituinte. In: Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular - caderno de textos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. p. 87.

<sup>46</sup> BARROSO, L. R. Vinte anos da constituição de 1988: a reconstrução democrática do Brasil. op. cit.

<sup>47</sup> BARBOSA, G. Centrão vence e força mudanças. Correio Braziliense, 4 dez. 1987.

<sup>48</sup> SOUZA, M. R. DE; SAUER, S. A reforma agrária e a constituinte. In: Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular - caderno de textos. op. cit. p. 85.

amenizariam as lutas por terras no campo. Especialmente pela possibilidade de voz aos movimentos de esquerda, fortemente silenciados no regime anterior. Intuito que parecia ser bem-sucedido, mas foi obstado por manobras políticas repentinas e tardias.

Tendo em vista as tensões, na Subcomissão da Reforma Agrária, e os esforços para reverter o progresso proposto pelo relator desta subcomissão, fica esclarecido o panorama a que os constituintes da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais se referiam. O temor de a bancada progressista da reforma agrária vencer o embate na Comissão da Ordem Econômica, gerou receio quanto à limitação da propriedade, razão pela qual alguns constituintes vislumbraram a necessidade de assegurá-la no rol de garantias individuais.

Nesse aspecto, reitera-se ainda que o texto aprovado pela Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais sobre a propriedade, não garantia apenas esse direito. Apesar de fazer ressalva quanto a sua função social, trazia norma sobre a indenização em caso de desapropriação. No entanto, a discussão sobre a indenização era, na verdade, competência da subcomissão destinada à política agrícola, tanto é que é possível observar essa deturpação de competência sendo pontuada nas atas desta subcomissão. Inclusive, o texto final da CRFB/88 consagrou a ressalva sobre a desapropriação na parte enunciada pela Comissão da Ordem Econômica, na qual estava inserida a Subcomissão da Reforma Agrária.

Pelo exposto, fica claro que a Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais não se conteve ao seu escopo para tomar parte na discussão sobre a reforma agrária. No sentido de que garantiu a propriedade com ressalvas à sua função social e ainda transitou pelas indenizações incidentes. Porém, cabe dizer que a previsão sobre a função social é um progresso humilde, mas um dos poucos que restou aos adeptos da reforma agrária.

A relação entre a propriedade e a herança é umbilical, pois não há como garantir a herança se não for garantida a propriedade do falecido e dos herdeiros<sup>49</sup>. Daí porque é tão importante demonstrar o cenário em que se inseriu a discussão sobre a propriedade. Ideia que justifica a tentativa, ainda que fora da competência, de a Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais buscar o direito à propriedade sem restrições – em temor revelado das discussões sobre a reforma agrária. Entender a garantia da propriedade é um passo necessário para vislumbrar a razão de inserir no texto constitucional o direito de herdar. Como já comentado, a herança era vista ou como um direito acessório da propriedade ou como um direito vinculado a ela. De qualquer forma, uma relação que não comporta análises apartadas.

---

<sup>49</sup> BRASIL. Comissão de sistematização. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. p. 255.

### 3.3.2 Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher

O anteprojeto da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais foi dirigido à Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher para emendas. Para este momento da constituinte, a análise não será feita com base nas atas das reuniões, e sim nas emendas propostas ao texto. Em virtude de as atas da comissão não terem gerado fundamento suficiente. Deste modo, as emendas contribuem melhor ao objeto de pesquisa, sob a premissa de que, acompanhando a progressão das mudanças textuais e das suas justificativas, compreenda-se como se desenvolveu o pensamento dos constituintes sobre o direito à herança. Neste caso, restringe-se às emendas pertinentes ao dispositivo que previa o direito à herança. Estão fora desta análise histórica as mudanças propostas sobre o *caput* e os demais parágrafos e incisos do, atual, art. 5º da CRFB/88.

Entre as emendas propostas na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, destacam-se duas que foram acolhidas apenas em parte. A emenda nº 00349<sup>50</sup>, do constituinte Brandão Monteiro, propunha a inclusão de um inciso que tratasse exclusivamente sobre a herança e o imposto progressivo que incidiria sobre ela. A previsão de tributação progressiva foi justificada pelo intento de favorecer a redistribuição de renda e patrimônio. O constituinte queria garantir que o supérstite tivesse direito à moradia, assegurado pela isenção tributária de pequenos patrimônios, em contrapartida, incidiria alta carga nos grandes patrimônios. O parecer de aprovação parcial opinou favoravelmente apenas quanto à preocupação de Brandão Monteiro com o princípio social da distribuição da renda.

Já a emenda nº 00356<sup>51</sup>, de autoria do constituinte Nelson Carneiro, buscava substituir parte do texto por uma previsão que vedasse a incidência, de qualquer tributo, sobre bem do espólio utilizado para moradia do cônjuge sobrevivente, válido para imóveis até quinhentos salários mínimos. O constituinte defendeu que não havia justiça em isentar do imposto qualquer bem do espólio que servisse para moradia, como estava previsto desde o anteprojeto do relator da subcomissão. Esta medida beneficiaria grandes patrimônios. A comissão acolheu em parte esta proposição para adequar a herança ao princípio do interesse social.

---

<sup>50</sup> MONTEIRO, B. Emenda 00349. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-E/8098.html>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

<sup>51</sup> CARNEIRO, N. Emenda 00356. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-E/8105.html>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

Relator da comissão, José Paulo Bisol, apresentou, então, substitutivo ao anteprojeto da subcomissão<sup>52</sup>, tendo considerado as emendas parcialmente aprovadas. O substitutivo garante o direito à herança entre os direitos fundamentais, mas com uma redação diferente.

Art.3º São direitos e liberdades individuais invioláveis:

[...]

XVIII - a sucessão hereditária

a) Esta isenta de tributação, emolumentos e custas à transmissão, por morte, dos bens definidos na alínea “a” do item XVII;

b) os bens definidos na alínea “b” do item XVII estão sujeitas aos emolumentos, custas e tributos proporcionais ao valor do quinhão, segundo o princípio social da distribuição da renda e da riqueza.

Nesta nova redação, percebe-se que o direito à herança conquistou autonomia, evadindo-se da dependência da propriedade e de sua função social. Contudo, como foi recorrente na ANC, normas tributárias adquiriram espaço nas comissões/subcomissões destinadas à discussão de garantias individuais. Muito embora seja a Comissão da Ordem Econômica a competente para discutir as regras tributárias que seriam inseridas na nova Constituição.

Após o Relator submeter o substitutivo a emendas, a redação do artigo foi modificada minimamente. De fato, as emendas propostas ao substitutivo do relator tratavam somente sobre a questão tributária, mas com diferentes regras de tributação. A emenda do constituinte Darcy Pozza (nº 00100)<sup>53</sup>, aceita em parte, visava retomar a noção de que deveria ser vedada a tributação apenas quanto aos bens destinados à moradia do supérstite e dos herdeiros. Nesse ponto, o constituinte fez um apelo à inviolabilidade do direito à herança, que representa o conjunto de bens acumulados por anos de trabalho e, portanto, merece uma previsão clara na carta constitucional.

Outra emenda ao substitutivo, parcialmente aceita, foi elaborada pelo constituinte Ubiratan Spinelli (nº 0005)<sup>54</sup>, também versava sobre os tributos incidentes na herança. O texto da emenda guarda semelhança quase fidedigna ao da emenda nº 0100. Igualmente, Ubiratan

---

<sup>52</sup> BISOL, J. P. Substitutivo do Relator da Comissão da soberania e dos direitos e garantias do homem e da mulher. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 8 jun. 1987. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-66.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

<sup>53</sup> POZZA, D. Emenda 00100. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-G/16122.html>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

<sup>54</sup> SPINELLI, U. Emenda 00005. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-G/16027.html>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

teceu a mesma ressalva quanto a importância da herança como um patrimônio construído com esforço e sacrifício, que deve ser resguardado de forma clara, sem depender da interpretação do texto. Alguns constituintes repetiram esse entendimento de que o texto apresentado como substitutivo pelo relator permitia uma fuga da interpretação pretendida pela ANC.

Foram feitas outras duas emendas nesta fase, mas ambas foram declaradas prejudicadas pelo Relator, pois seus objetivos já estavam contemplados no anteprojeto em elaboração. As emendas tratavam sobre a necessidade de isentar tributos apenas de pessoas comprovadamente carentes e sobre o imposto de herança configurar verdadeiro *bis in idem*, uma vez que incide sobre fato gerador já tributado, quando da aquisição do bem.

O texto final aprovado pela comissão restou nos seguintes termos:

Art. 3º - São direitos e liberdades individuais invioláveis:

[...]

XVIII - A sucessão hereditária

a) A transmissão, por morte, de bens ou valores está sujeita a emolumentos, custas e tributos proporcionais ao valor do quinhão, atendido o princípio social da distribuição de renda e da riqueza;

b) não haverá incidência de tributos, custas ou emolumentos sobre a transmissão, por morte, de bens que sirvam de moradia do cônjuge sobrevivente ou herdeiros<sup>55</sup>.

Após as modificações realizadas, nota-se que a diferença é em relação a incidência de tributo, que antes era vedada. Havendo ressalva para o supérstite, que ficou protegido da tributação pela garantia de bem para sua moradia. Essa redação concluiu o anteprojeto enviado pela Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher à Comissão de Sistematização.

Com reta atenção às justificativas dos constituintes ao apresentarem cada emenda, é possível aferir os anseios que eles esperavam vislumbrar na Constituição. Até este estágio da ANC, tem-se (i) a distribuição de renda, (ii) a proteção dos pequenos patrimônios e (iii) a reversão em prol do Estado dos grandes patrimônios - por meio da tributação. Para além, ficou evidenciada a visão da herança como um acúmulo patrimonial merecido, porquanto obtido pelo trabalho de uma vida e, por isso, digno de proteção constitucional.

Por meio da análise das emendas propostas e aprovadas, é notório que a discussão sobre a herança novamente foi singela. A tributação da herança que atraiu sobremaneira o esforço dos constituintes desta comissão. Avançar em temática alheia à comissão acaba por ferir o intuito

---

<sup>55</sup> BRASIL. Anteprojeto da comissão da soberania e dos direitos e garantias do homem e da mulher. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-69.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

da repartição do debate em comissões e subcomissões, que é proporcionar o exaurimento de cada tema. No caso, as questões inerentes à herança e a necessidade de sua salvaguarda constitucional foram pouco abordadas.

Novamente, uma seção da ANC, que deveria discutir a herança, tece adições textuais para resguardar direitos que temia serem negligenciados nas comissões competentes para tanto. Neste cenário, a discussão sobre a constitucionalização da herança se perdeu, já que pouco foi dito sobre a inclusão do direito sucessório na Constituição. Contudo, a pouca discussão também denota a falta de contrariedade, ou seja, se houvesse oposição à constitucionalização da herança, haveria mais discussão sobre o tema registrada em ata.

### 3.3.3 Comissão de Sistematização

Mais que a Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais, discutiu a Comissão de Sistematização sobre o direito à herança. Esse é o âmbito da constituinte responsável pela votação e alteração do anteprojeto da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Aqui configurou-se uma nova redação do dispositivo referente ao direito de herança, que corresponde à atual da CRFB/88.

O anteprojeto de Constituição chegou à Comissão de Sistematização formado pela reunião dos anteprojetos aprovados pelas comissões temáticas. Todavia, a Comissão de Sistematização debateu sobre os anteprojetos de cada comissão em apartado e elaborou emendas em etapas. Após a primeira etapa de emendas, formou-se o projeto de Constituição. Na segunda etapa, as emendas foram atendidas no primeiro substitutivo do relator e, na última etapa, foi formado o segundo substitutivo do relator.

Antes de adentrar nas etapas de emendas, algumas considerações sobre o anteprojeto<sup>56</sup> de constituição são necessárias. Ele foi apelidado de “*Frankenstein*”, supõe-se que por sua falta de coesão<sup>57</sup>. Ele era a junção de vários anteprojetos de comissões e apresentava inúmeras incongruências e contradições, era inviável que configurasse um texto contínuo antes de passar pelos trabalhos da Sistematização. Quanto à disposição que teceu sobre a herança, cabe apenas

---

<sup>56</sup> BRASIL. Anteprojeto de Constituição. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/ANTE/23769.html>>. Acesso em: 15 out. 2020.

<sup>57</sup> LIMA, J. A. DE O.; PASSOS, E.; NICOLA, J. R. A gênese do texto da Constituição de 1988. 2013–2014. ed. Brasília: Senado Federal, 2013.

explicar que houve uma mudança na numeração ao chegar à Comissão de Sistematização, que passa a ser o art. 13, XIV. Conforme segue:

Art. 13 - São direitos e liberdades individuais invioláveis:

XIV - A sucessão hereditária.

a) a transmissão, por morte, de bens ou valores está Sujeita a emolumentos, custas e tributos proporcionais ao valor do quinhão, atendido o princípio social da distribuição da renda e da riqueza;

b) não haverá incidência de tributos, custas ou emolumentos sobre a transmissão, por morte, de bens que sirvam de moradia ao cônjuge sobrevivente ou a herdeiros.

Começando, então, o detalhamento da primeira etapa, foram feitas várias propostas de emendas ao anteprojeto da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. No entanto, a base de dados<sup>58</sup> oficial da ANC indica o resultado da votação das emendas nesta etapa como “não informado”. Portanto, não é possível depreender quais emendas foram aprovadas ou rejeitadas. Nesta senda, será feita análise das propostas mais relevantes ao dispositivo de direito sucessório.

A emenda do constituinte Sérgio Werneck (nº 032049<sup>59</sup>) sugeria a modificação somente da alínea “b” do inciso, a fim de resguardar o imóvel único da família da incidência do imposto. O que condiz com a mesma preocupação externada por Délio Braz na propositura da emenda nº 01258<sup>60</sup>. A questão é que a redação do artigo, ao blindar a moradia dos herdeiros em geral, acabava por proteger grandes patrimônios, quando, na verdade, a ANC intentava especificamente salvaguardar os mais necessitados, que dependiam da preservação de suas moradias. Discussão que novamente recai sobre a matéria tributária.

Já o constituinte Ricardo Fiuza propôs à Comissão de Sistematização a emenda nº 04419<sup>61</sup>, a fim de resumir o artigo, para apenas “sucessão hereditária, assegurada e protegida pelo Estado”. O objetivo era deixar clara a guarda conferida à sucessão hereditária, que o constituinte intitulou como direito respeitado em todos os países democráticos.

---

<sup>58</sup> APEM - Base histórica. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

<sup>59</sup> WERNECK, S. Emenda 030249. In: Emendas oferecidas ao anteprojeto de constituição. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. p. 720.

<sup>60</sup> BRAZ, D. Emenda 01258. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-J/25240.html>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

<sup>61</sup> FIUZA, R. Emenda 04419. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-J/27951.html>>. Acesso em: 28 mar. 2020.



Com as emendas feitas ao anteprojeto da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, obteve-se o projeto de constituição, em que a herança ficou assim disposta:

Art. 12. São direitos e liberdades individuais invioláveis:

[...]

XIV – a sucessão hereditária

A transmissão, por morte, de bens ou valores está sujeita a emolumentos, custas e tributos proporcionais ao valor do quinhão, atendido o princípio social da distribuição da renda e da riqueza.<sup>62</sup>

Na etapa de emendas que seguiu, destaca-se a emenda nº 19703<sup>63</sup>, de Jovanni Masini, ao projeto de constituição. Foi aprovada visando à supressão das disposições acessórias do artigo sobre a sucessão hereditária. No mesmo sentido, estava a emenda de Mozarildo Cavalcanti (nº 07007)<sup>64</sup>, igualmente aprovada. A emenda nº 00549<sup>65</sup>, do constituinte Matheus Iensen, que foi parcialmente aprovada, também se direcionava à redação mais simples. Neste ponto, requer atenção o fato de que as propostas tendem a um texto mais conciso, que se confirmará no primeiro substitutivo.

Isto porque, de acordo com as justificativas apresentadas, os direitos acessórios à herança, que eram previstos, tratavam de matéria tributária que incumbe ao Título da Tributação e do Orçamento. Além disso, os constituintes ressaltam que é uma matéria que deveria ser competência da legislação ordinária. Estas não foram as únicas emendas deste momento, outras reportaram à mesma supressão e foram parcialmente aprovadas, já que a redação sugerida estava contemplada no substitutivo.

Em seguida, ressaltam-se outras emendas que ostentam a notícia de aprovação. Primeiramente, as nº 15211<sup>66</sup> e nº 18126<sup>67</sup>, de autoria respectivamente de Max Rosenmann e

---

<sup>62</sup> BRASIL. Projeto de constituição. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/PROJ/29881.html>>. Acesso em: 15 out. 2020.

<sup>63</sup> MASINI, J. Emenda 19703. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-M/50050.html>>. Acesso em: 1 abr. 2020.

<sup>64</sup> CAVALCANTI, M. Emenda 07007. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-M/37366.html>>. Acesso em: 1 abr. 2020.

<sup>65</sup> IENSEN, M. Emenda 00549. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-M/30914.html>>. Acesso em: 1 abr. 2020.

<sup>66</sup> ROSENMAN, M. Emenda 15211. In: Emendas oferecidas em plenário ao projeto de constituição. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. p. 1592.

<sup>67</sup> MARTINEZ, J. C. Emenda 18126. In: Emendas oferecidas em plenário ao projeto de constituição. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. p. 1897.

José Carlos Martinez, requeriam a supressão do inciso XIV, do art. 12. Eles consideraram que a transmissão de bens é fato gerador de tributos (*causa mortis e inter vivos*). Demonstraram, inclusive, revolta com a expressão “custas e emolumentos”, que reportaram como redundante, já que ambos são tributos.

Sabe-se, pois, que estas emendas foram aprovadas com parecer que considerou o excesso tributário e também as demais emendas que sugeriam que a matéria não caberia ao capítulo das garantias individuais e que tampouco era matéria constitucional, e sim de legislação ordinária. No mesmo sentido, José Serra realizou a emenda nº19074<sup>68</sup>, a fim de suprimir a palavra “tributos”, sob a justificativa de haver incompatibilidade com o imposto sobre transmissão *causa mortis*. A referida emenda foi aprovada com parecer opinando também pelo tratamento da matéria em âmbito infraconstitucional.

Seguidamente, a emenda nº 19703<sup>69</sup>, do constituinte Giovanni Masini, propunha a alteração da redação do inciso XIV para que constasse apenas direito “à sucessão hereditária”. A simplificação queria por fim à discussão da matéria tributária que deveria ser tratada em capítulo próprio na constituição. Por conseguinte, o relator emitiu parecer pela aprovação desta emenda, mas com uma redação diferente da proposta. Redação esta que merece os olhares mais atentos, pois é neste momento da ANC que o direito à herança confirma sua autonomia e sua posição entre os direitos fundamentais. Em consequência desta emenda, logra-se à atual redação da CRFB/88. É garantido o direito de herança.

Feitas e aprovadas as emendas, o primeiro substitutivo do relator foi apresentado com o texto que, pela primeira vez, exprime o do atual artigo referente ao direito de herança. Assim:

Art. 6º A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à integridade física e moral, à liberdade, à segurança e à propriedade. [...]  
§35. É garantido o direito de herança.<sup>70</sup>

As mudanças ocorridas posteriormente ficaram restritas ao *caput* do artigo e as emendas apresentadas depois ao §35, do art. 6º, foram rejeitadas pela Comissão de Sistematização.

---

<sup>68</sup> SERRA, J. Emenda 19074. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-M/49428.html>>. Acesso em: 1 maio. 2020.

<sup>69</sup> MASINI, J. Emenda 19703. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-M/50050.html>>. Acesso em: 1 maio. 2020.

<sup>70</sup> BRASIL. Substitutivo 1 do Relator. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-235.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

Também a numeração sofreu variações devido à supressão de artigos e parágrafos anteriores. Isto posto, o relator apresentou o segundo substitutivo:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. [...]  
§36. É garantido o direito de herança.<sup>71</sup>

Embora a redação do dispositivo já cumpra, quase na totalidade, a redação final, ainda cabem algumas ressalvas sobre as tratativas subsequentes. Na Comissão de Sistematização, a discussão quanto ao direito constitucional de suceder foi presidida por Afonso Arinos, que também presidiu a mencionada Comissão de Estudos Provisórios. Durante a votação do destaque nº 3757/87<sup>72</sup> – sobre a Emenda nº 32109, de autoria do constituinte Pompeu de Sousa –, foi debatida a herança e a necessidade de previsões acessórias a esse direito, principalmente, no que tange à sua tributação.

A emenda em questão propunha introduzir à redação do artigo: “é garantido o direito de herança”, a expressão “nos termos da lei”. No entanto, pelas falas em atas desta reunião, nota-se que este foi um momento complicado na assembleia. O ponto mais analisado pelos constituintes é que a alguns não agradava descartar considerações a respeito da necessidade de incidir um imposto progressivo sobre a herança e acabar deixando a questão à disposição do legislador infraconstitucional, que era o que sugeria a adição proposta.

Na introdução feita por Pompeu de Sousa, ele questiona a colocação da herança entre os direitos fundamentais, explica que é um direito que deve ser assegurado e restringido. Como ele acredita que as restrições não serão aprovadas na constituinte, ele propõe que a Constituição deixe a cargo da legislação delimitar o direito de herança, para reduzir as injustiças do Brasil. Ele considera que esse direito apenas reforça as riquezas de quem já é rico, quando deveria somente garantir subsistência dos herdeiros.

A constituinte Cristina Tavares<sup>73</sup> ressalva que a lei infraconstitucional poderia isentar o imposto sobre a herança. Este imposto – conforme ata da Comissão da Ordem Econômica – era visto pelos constituintes como uma forma de fazer justiça entre as classes sociais. Alegou-se que não se trata de um imposto rentável aos cofres públicos, ou seja, ele não arrecada riqueza expressiva ao patrimônio público. Contudo, um imposto cobrado com alíquota progressiva

---

<sup>71</sup> BRASIL. Substitutivo 2 do Relator. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/internet/constituicao\\_20anos/DocumentosAvulsos/vol-242.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/constituicao_20anos/DocumentosAvulsos/vol-242.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2020.

<sup>72</sup> BRASIL. Comissão de sistematização. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. p. 251.

<sup>73</sup> Ibid.

permite tributar os mais ricos, como espécie de justiça social. Alegação esta que coaduna com o propósito da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Embora retome a extensa discussão sobre a tributação da herança que, nesta altura, parecia superada na ANC. Também o constituinte Délio Braz<sup>74</sup> reitera que o valor arrecadado pelo tributo em questão seria “insignificante”.

Expôs-se nesta reunião um temor: se a Constituição não garantisse que o tributo cobrado teria alíquota progressiva, a legislação infraconstitucional não o faria. Até mesmo antes, na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais, foram feitos muitos comentários nesse sentido. Em que pese a Emenda nº 32109 tratar de direitos fundamentais, foi a dimensão tributária da herança que protagonizou essa discussão. O imposto sobre herança em si, não é o foco deste estudo, mas alguns aspectos deste debate merecem evidência, pela relevância de seu conteúdo. O primeiro deles é o pronunciamento de Afonso Arinos:

Eu gostaria de fazer aqui uma pequena declaração: **no Brasil, o direito de herança sempre foi nos termos da lei; nunca houve, no nosso País, a aplicação do direito de herança, a não ser nos termos da lei.** A primeira legislação colonial que tivemos foram as Ordenações Manuelinas; depois, as Ordenações Filipinas; depois, a Consolidação das Leis Civis Teixeira de Freitas; depois o Código Civil, de Clóvis Bevilacqua e Rui Barbosa. De maneira que nunca houve, no Brasil, direito de herança que não fosse aplicado de acordo com a lei. E, para mim, pessoalmente, não entendo o que isso quer dizer, isso não inova nada, pois no Direito brasileiro, desde o Século XVI, a herança foi reconhecida nos termos da lei, sempre, Ordenações Manuelinas, Ordenações Filipinas, Consolidação das Leis Civis Teixeira de Freitas, Código Civil de Clóvis Bevilacqua. De maneira que sempre foi nos termos da lei, nunca houve outra maneira de se construir herança no Brasil. Peço desculpas, mas é uma observação que estou fazendo, para ver se consegue apaziguar uma espécie de diálogo que me parece inteiramente inútil”<sup>75</sup>.

Por essas palavras, repara-se nos ânimos exaltados na comissão. Ademais, ele questiona a constitucionalização do direito à herança, que é exatamente o problema de pesquisa ora em aberto. A questão levantada é que almejam introduzir no dispositivo um adendo, para que a legislação infraconstitucional dispusesse sobre a herança. No entanto, a possibilidade de deixar ao legislativo a normatização da herança causou receio. Então, Afonso Arinos relembra que aquela Constituição seria a primeira do Brasil a prever o direito à herança, que desde o princípio é assegurado pela lei. A discussão prosseguiu, mas atendo-se ao âmbito tributário, ao fim, o destaque foi rejeitado pela comissão e não houve mudança no texto.

---

<sup>74</sup> BRASIL. Comissão de sistematização. op. cit. p. 255.

<sup>75</sup> Ibid. p. 1.071. Grifos aditados.

Finda esta fase da constituinte, só houve alteração na numeração do artigo, o texto do *caput* e do parágrafo permaneceram irretocáveis. O segundo substitutivo do relator seguiu, então, para o plenário da ANC.

### 3.3.4 Plenário

Como demonstrado, o texto do inciso sobre a herança já chegou ao plenário da ANC com a redação final, que foi promulgada. Todavia, não deixa de ser válido observar uma das últimas etapas do processo constituinte, depois dela restava apenas a Comissão de Redação, na qual se adianta que não foram feitas emendas ao dispositivo em foco.

No plenário, foi sugerida a emenda substitutiva do Centrão (nº 02038)<sup>76</sup>, com a intenção de repropor na íntegra o texto sobre direitos sociais contidos no substitutivo do relator da Comissão de Sistematização. No que tange ao direito de herança, essa proposta mantinha sua autonomia, mas colocava-o na mesma hierarquia do princípio da igualdade, ambos como parágrafos do art. 6º, que trazia a redação sobre a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, liberdade, segurança e propriedade. Em face da conservação da autonomia da herança e, ainda, de sua equiparação ao princípio da igualdade, demonstra-se que a proposta de substituição vislumbrava certa importância no direito sucessório. Conquanto tenha sido parcialmente aprovada, a emenda substitutiva em nada alterou o inciso sobre a herança.

Apesar de rejeitada, destaca-se também a emenda do constituinte Dirce Tutu Quadros (nº00116)<sup>77</sup>, que pretendia suprimir por completo a garantia da herança, pois considerava a previsão “um convite à desocupação”. Mencionando, inclusive, modelos, como o norte-americano, que deveriam inspirar o Brasil rumo à liberalidade em dispor do patrimônio.

Nesta etapa, só foram aceitas emendas sobre o *caput* do, então, art. 6º. De modo que o texto passou a ser:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegurada aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

---

<sup>76</sup> DOMINGOS, A. Emenda 02038. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-SC/02038.html>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

<sup>77</sup> QUADROS, D. T. Emenda 01116. In: Emendas oferecidas em plenário ao projeto de constituição B. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. p. 136.

XXXI – é garantido o direito de herança;<sup>78</sup>

A partir desta fase da ANC, não foram localizadas novas emendas aprovadas, em relação ao *caput* ou ao inciso XXXI. Portanto, é no fim do primeiro turno e início do segundo turno de votações no plenário, que se consolidou o atual texto do art. 5º, XXX, da CRFB/88. Por óbvio, a numeração do artigo ainda variou até a redação final na Comissão de Redação, em que se firmou:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
[...]  
XXX – é garantido o direito de herança;<sup>79</sup>

Assim, encerra-se o estudo histórico da garantia da herança dentro da assembleia constituinte. Após a análise dos debates constitucionais ocorridos na ANC, compreende-se que, antes da herança, importava a propriedade e, em seguida, os tributos incidentes sobre a herança. Não obstante, a herança ganhou autonomia diante da propriedade e a matéria tributária foi cortada da redação final do artigo, ao reconhecerem que não cabia no capítulo das garantias individuais.

Nesse ponto, é importante relembrar que o direito à herança não esteve presente nas constituições brasileiras anteriores à de 1988. Todavia, foi inserida no anteprojeto da constituinte desde a primeira oportunidade, no texto do relator da subcomissão. Após os debates e as questões que protagonizaram os bastidores da redação final, são conhecidas algumas influências na constitucionalização da herança. Contudo, sabendo que existe um universo mais amplo de possíveis influências, o estudo prossegue.

### **3.4 A discussão sobre a herança em outras subcomissões temáticas**

A discussão sobre a herança e seus acessórios não se limitou à subcomissão encarregada do tema, outras também tangenciaram a questão sucessória. Muito embora o art. 5º, XXX, da CRFB/88 não tenha nascedouro nestas discussões secundárias, é importante observá-las para

---

<sup>78</sup> BRASIL. Projeto B do Plenário. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-299-sup01.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

<sup>79</sup> BRASIL. Projeto C do Plenário. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-314.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

encontrar fomento ao estudo da motivação que levou a se considerar a herança um bem jurídico a ser tutelado em caráter constitucional.

Nesta senda, a Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas discutiu sobre a criação do imposto sobre a herança. A frequência e importância com que este tema foi tratado denunciam o entendimento de que a herança ganharia salvaguarda na constituinte e que, portanto, clamava a tributação. Em uma das discussões nesta subcomissão, os constituintes relatam novamente que o imposto sobre herança não gera riqueza significativa para o Estado, mas importa para que as fortunas retornem em parte ele, uma vez que, de certa forma, o recebimento da herança constitui nova aferição de renda.

Reiteradamente isso surgiu nas discussões, este imposto – que atraiu grande parte da atenção dos constituintes – não geraria retorno expressivo ao erário. A despeito disso, o tema ressurgia, indicando que, para além dos direitos, a nova constituição deveria garantir um país justo. A polêmica sobre a tributação da herança surge como uma forma de a assembleia perseguir uma justiça social – retornando percentual de grandes patrimônios em prol da sociedade. O intuito social que habitava alguns dos constituintes transparece também na questão da propriedade. Embora as mudanças posteriores tenham afetado esse assunto, a reforma agrária se aproximou, como nunca, de se tornar realidade.

Além desta subcomissão, a Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, inserida na Comissão da Ordem Econômica também esteve atenta à herança e merecerá maior ênfase – posto que previu, em seu anteprojeto, o direito à herança. Desde o anteprojeto do relator desta subcomissão, surgiu a garantia do “direito de propriedade e a sucessão hereditária”<sup>80</sup> na forma da lei. O dispositivo foi inserido como um parágrafo do artigo que classifica a propriedade como privada ou pública. Ou seja, em outra subcomissão houve a disposição do direito à herança e igualmente subordinado à propriedade.

À redação do anteprojeto deste relator, o constituinte Jalles Fontoura propôs a emenda nº 00225<sup>81</sup> para colocar a garantia da propriedade e da herança em um artigo sem a expressão que os delegava aos termos da lei. Na justificativa, o constituinte ainda coloca que a herança

---

<sup>80</sup> SENNA, V. Anteprojeto da subcomissão de princípios gerais, intervenção do estado, regime da propriedade do subsolo e da atividade econômica. Brasília, Diário da Assembleia Nacional Constituinte. 1987. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-165.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2020.

<sup>81</sup> FONTOURA, J. Emenda 0025. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-B/4694.html>>. Acesso em: 18 out. 2020.

deve ser assegurada porque é “base e estímulo da iniciativa econômica e da atuação funcional das pessoas”. É interessante notar que a emenda foi rejeitada com parecer que aponta para impossibilidade de prever o direito à herança ou à propriedade sem deixar ao encargo da lei.

Outra emenda – também rejeitada – que requer realce, é a emenda nº 00243<sup>82</sup> que propunha remover a previsão da garantia da herança sob o fundamento de que é um tema de atribuição da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais<sup>83</sup>.

Adiante, as emendas aprovadas tangenciavam um mesmo pleito, qual seja, colocar a propriedade e a herança em um artigo só. Fato que parece contraditório, já que a emenda de Jalles Fontoura sugeria redação semelhante e foi rejeitada. Destarte, o anteprojeto seguiu à votação na respectiva comissão.

Adianta-se que a disposição sobre a herança e a propriedade permaneceu no anteprojeto da Comissão da Ordem Econômica, que posteriormente seguiu à Comissão de Sistematização, onde entendeu-se que era melhor deixar a matéria para o capítulo das garantias individuais. Dito isto, ainda é válido observar uma emenda feita ao anteprojeto da subcomissão, no momento em que ele estava sendo discutido para votação na Comissão da Ordem Econômica. A emenda é a nº 000873,<sup>84</sup> que foi parcialmente aprovada. O proveito tirado desta emenda advém da justificativa do constituinte Djenal Gonçalves para adicionar um parágrafo, à garantia da herança, que a reforçasse e impedisse a incidência de tributos.

Justificou-se a alteração no fato de que, à época, estava sendo recorrente no Brasil a taxação da herança pela legislação infraconstitucional, o que, ao seu ver, configurava confisco da propriedade privada. Evidencia, então, que o direito à herança deve ser garantido para que a propriedade não seja limitada *causa mortis*.

O direito à herança, como manifestação do direito à propriedade, constitui um poderoso incentivo à produção e à acumulação de riquezas por parte dos cidadãos, nem mesmo devem ser esquecidas as suas vantagens quanto às populações de baixa renda, onde o direito à herança viabiliza a transferência, aos titulares de direitos sucessórios, de pequenas poupanças penosamente amealhadas por chefes de famílias

---

<sup>82</sup> MEDINA, R. Emenda 00243. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-B/4712.html>>. Acesso em: 18 out. 2020.

<sup>83</sup> Id. Justificativa da emenda 00243. In: Emendas ao anteprojeto do relator da subcomissão. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987.

<sup>84</sup> GONÇALVES, D. Emenda 000873. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-E/12911.html>>. Acesso em: 18 out. 2020.



ao longo de anos de trabalho e esforços. A sobrecarga tributária nestes casos, a existir, acaba por consumir a maior parte do próprio pecúlio objeto da herança<sup>85</sup>.

Alguns pontos ainda devem ser sintetizados, nas palavras do constituinte, compreende-se que havia o reconhecimento da herança como garantia necessária para que o direito à propriedade pudesse ser gozado de forma absoluta. Assim, era imprescindível constitucionalizar a herança para que ela não fosse limitada pelo legislador infraconstitucional, restringindo a propriedade após a morte do *de cuius*.

Mais uma vez surge nas memórias constitucionais que a herança carece de uma proteção excepcional para que a propriedade possa ser fruída sem óbices. Dada a extensa contextualização sobre os desdobramentos da problemática da propriedade, entende-se que a propriedade foi tema central na ANC e repercutiu em algumas subcomissões gerando a preocupação que levou à necessidade da garantia fundamental.

### **3.5 A participação popular na Assembleia Nacional Constituinte de 1987**

A influência da população brasileira nos trabalhos constitucionais iniciou desde a mobilização para o movimento das “Diretas-Já”, em março de 1983. Isso porque o Deputado Federal Dante de Oliveira propôs uma emenda almejando o fim do Colégio Eleitoral, que acabou se tornando um gatilho para intensa manifestação popular pelo retorno das eleições diretas para a Presidência da República. Embora esse fim imediato das “Diretas-Já” não tenha sido alcançado – por falta de 22, dos 320 votos necessários para aprovação – o movimento cativou para as ruas milhões de brasileiros<sup>86</sup>.

Esse intenso engajamento popular atingiu ainda o que seria a ANC de 1987, em um cenário no qual a reivindicação pela redemocratização do país propiciou a discussão pela instauração de uma nova constituinte. Como resultado, uma das maiores conquistas do processo constituinte foi exatamente o fortalecimento da soberania popular<sup>87</sup>. O contexto histórico,

---

<sup>85</sup> Id. Justificativa da Emenda 000873. In: Emendas ao anteprojeto da subcomissão. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. p. 224.

<sup>86</sup> MOREIRA, Maria Ester Lopes. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-carioca> > Acesso em: 20 de jul. 2020.

<sup>87</sup> CARVALHO, A. Processo constituinte, reforma urbana e soberania popular. In: Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular - caderno de textos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. p. 11.

precedente à ANC, contribuiu para a necessidade do apoio por meio da participação popular na assembleia.

Para as oposições e, especialmente para o PMDB — maior partido da oposição, o saldo positivo da Campanha das Diretas Já abria também a perspectiva de negociar com o governo federal a proposta de instalação de uma assembleia nacional constituinte, trazendo a possibilidade de se conceber uma nova constituição onde se apagassem os vestígios da ditadura militar que dominara o país nos últimos 20 anos<sup>88</sup>.

Assim, as discussões constitucionais obtiveram o apoio popular antes mesmo do início da ANC. Tanto pelo período político ditatorial, tanto pela força demonstrada pelo povo — nas constantes manifestações de milhares de pessoas pela retomada da democracia —, tornou-se notório que a constituinte brasileira precisava contar com o apoio massivo de cidadãos interessados em construir as bases do que parecia uma nova nação democrática.

Assim, o regimento interno da ANC previu as oportunidades de participação popular nos trabalhos constitucionais. Nas audiências públicas, representantes de diversas classes e pleitos eram ouvidos pelos constituintes. Como foi o Caso de Cândido Mendes na reunião em que se discutiu a herança na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais. Além disso, a ANC recebeu emendas populares e milhares de sugestões.

Para serem aceitas, as emendas deveriam ser propostas por três entidades representativas, apresentar assinaturas de, pelo menos, 30.000 (trinta mil) eleitores e ser de responsabilidade de 3 (três) entidades da sociedade civil<sup>89</sup>. No total, chegaram à ANC 122 (cento e vinte e duas) emendas populares, envolvendo 12.265.854 (doze milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e quatro) assinaturas. Algumas emendas sozinhas contavam com milhões de assinaturas, a exemplo da que objetivava a reforma agrária<sup>90</sup>.

As emendas foram apresentadas ao anteprojeto de constituição na Comissão de Sistematização da ANC. Muitos assuntos levantados por emendas foram inclusive antecipados durante as discussões nas subcomissões, o que proporcionou mais um momento de

---

<sup>88</sup> MOREIRA, Maria Ester Lopes. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. op. cit.

<sup>89</sup> TROIANO, M. Entre o passado e o futuro: o processo constituinte de 1987-88. Revista de Direito Mackenzie, v. 9, n. 2, p. 197–217, 2016.

<sup>90</sup> LIMA, J. A. DE O.; PASSOS, E.; NICOLA, J. R. A gênese do texto da Constituição de 1988. 2013–2014. ed. Brasília: Senado Federal, 2013.

aproveitamento do conteúdo das emendas, que foi substancialmente expresso no texto constitucional<sup>91</sup>.

Neste ponto, cabem apenas estas breves considerações sobre as emendas populares. Tendo em vista a relação que a propriedade teve na ANC com a herança, é importante notar que a participação popular por meio das emendas foi expressiva e provém de um clamor social com toda uma bagagem política já tratada em tópico específico. A emenda que pretendia à reforma agrária certamente causou enorme impacto no posicionamento dos constituintes em face da pressão social para atendê-la.

Não foram encontradas emendas populares sobre a herança ou questão acessória, por isso não será feita análise tão atenta quanto a que segue sobre as sugestões populares. Destarte, a análise da participação popular prossegue em relação às sugestões, especialmente porque elas vieram antes do início das discussões da ANC, sendo uma fonte apta a influenciar o pensamento constituinte que progrediu à inserção da herança no texto da CRFB/88.

### **3.5.1 Sugestões populares à Assembleia Nacional Constituinte**

De plano, a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 se destaca como marco não apenas na história constitucional do Brasil, como também na forma constituinte até então aplicada internacionalmente, entre outros motivos, por viabilizar essa massiva participação popular na elaboração do texto da Constituição. Evidente que a necessidade de abrir o diálogo imperou principalmente pelo delicado momento (anti) democrático que o país havia enfrentado. Fato é que a participação do povo, muito mais que uma liberalidade dos constituintes, era inevitável para se lograr a uma Constituição com apoio massivo.

Quando o, então, presidente José Sarney informou o Congresso sobre a deliberação de uma nova Constituição, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal estabeleceu um Sistema de Apoio Informático à Constituinte (SAIC), apoiado pelo centro de informática e processamento de dados do Senado (PRODASEN). O SAIC tornou-se um banco de dados das sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 e por ele foram disponibilizadas 72.719 (setenta e duas mil, setecentas e dezenove) sugestões populares aos

---

<sup>91</sup> COELHO, J. G. L. O processo constituinte no país e no estado, a nova ordem e as questões federativas. Disponível em: <[http://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos\\_legislativos/article/view/33](http://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos_legislativos/article/view/33)>. Acesso em: 23 abr. 2020.

constituintes<sup>92</sup>. A criação do banco de dados foi antecipada pelo Senado, em 1986, antes da instalação da ANC.

As sugestões populares feitas no período pré-constitucional poderiam ser acessadas por qualquer constituinte. Eles foram informados do acervo – na base PRODASEN – dividido por assuntos e podiam fazer pesquisas sobre os que mais lhes interessavam<sup>93</sup>. Após a instalação da ANC, as sugestões recebidas foram de membros do legislativo, judiciário e entidades associativas. Todavia, foi dispensada a higidez para aceitar sugestões de qualquer cidadão em momento posterior.

Recebemos nesta subcomissão um total de 1.121 (mil cento e vinte uma) sugestões de normas constitucionais, de autoria dos Senhores Constituintes. A sua grande maioria foi acolhida no anteprojeto; outras, foram parcialmente atendidas; poucas, muito poucas, não pudemos atender, eis que não se alinharam com o tema do nosso capítulo<sup>94</sup>.

O trecho acima pertence ao relatório que precedeu a apresentação do anteprojeto da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais. Lembrando que este foi o primeiro texto oficial que trouxe a disposição sobre a herança na ANC. Dessa forma, entende-se que as sugestões podem ter influenciado a necessidade de garantir o direito sucessório do cidadão brasileiro. Conforme será abordado, houve uma demanda popular, ainda que singela, pelo tratamento constitucional da herança.

No entanto, antes de adentrar às sugestões em espécie, é importante conhecer a metodologia e os desafios da coleta. O SAIC é considerado um banco único no mundo, capaz de medir a opinião pública de forma numerosa e com precisão da origem<sup>95</sup>. Para sua composição, foram enviados cinco milhões de formulários pelo Brasil, distribuídos proporcionalmente à população de cada município. Os cidadãos poderiam encontrar os formulários nas prefeituras, assembleias legislativas e correios. Além dos formulários físicos, havia uma central telefônica na qual as telefonistas preenchiam formulários para o cidadão que entrasse em contato.

---

<sup>92</sup> MONCLAIRE, S. A constituição desejada: SAIC: as 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros a assembleia nacional constituinte. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1991. p. 11.

<sup>93</sup> Constituinte tem 48 mil sugestões. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/113238/1987\\_12\\_a\\_20\\_de\\_Marco\\_068.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/113238/1987_12_a_20_de_Marco_068.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 22 abr. 2020.

<sup>94</sup> BRASIL. Anteprojeto da subcomissão dos direitos e garantias individuais. op. cit. p. 3.

<sup>95</sup> MONCLAIRE, S. A constituição desejada: SAIC: as 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros a assembleia nacional constituinte. op. cit.

Stéphane Monclaire<sup>96</sup> aduz que os registros feitos no SAIC são o resultado da possibilidade de encontrar o formulário somada ao desejo de enviar uma sugestão, por isso deve-se considerar que eles expressam desejos desigualmente experimentados pela população. Ela ainda discorre sobre as falhas metodológicas da coleta de dados do SAIC, a primeira delas são os locais de disponibilização dos formulários. Ocorre que qualquer lugar específico tenderia a expressar uma ânsia diferente da população, se os formulários fossem distribuídos na rodoviária, a tendência é observar mais relatos da problemática dos transportes. Assim, o local influenciou o resultado tanto quanto o momento de disponibilização dos formulários, já que se observa que a população foi influenciada por acontecimentos marcantes do momento em que escreveram suas sugestões. A autora exemplifica com o caso de Nova Glória (cidade do estado de Goiás), cujos habitantes enviaram diversas sugestões favoráveis à pena de morte, mas influenciados por um crime ocorrido no período.

Ressalta-se também que as sugestões poderiam ser repetidas por um mesmo cidadão, já que não era critério de validade o preenchimento do campo “nome” do formulário<sup>97</sup>. Estima-se que cerca de 3.209 (três mil duzentas e nove) pessoas enviaram mais de um formulário. Todas estas considerações são importantes antes de se analisar o conteúdo das sugestões, isso porque este estudo precisa ser cauteloso para gerar informações confiáveis.

Em que pese a coleta feita pelo SAIC ter seus defeitos, ela ainda demonstra os anseios da população brasileira de 1988 e meados. Possivelmente, as sugestões não expressam o que, de fato, a maioria da população almejava, principalmente em uma questão pontual como é a herança. Porém, certamente o rol de sugestões não perde seu valor histórico.

Começando o estudo da base de dados, os assuntos mais recorrentes – segundo Clóvis Barros Filho<sup>98</sup> – dizem respeito à vida cotidiana do cidadão. De tal forma que os assuntos políticos não tiveram o protagonismo que se imaginava para um momento de ascensão democrática do país. As propostas feitas pelos cidadãos tinham, em grande maioria, textos curtos e com linguagem informal, raras exceções apontavam para uma proposição efetivamente jurídica. Os assuntos mais frequentes nas sugestões são:

Ensino, ensino religioso, punição, política de emprego, magistério, pena de morte, aposentadoria, salário, sistema educacional, reforma agrária, menor carente,

---

<sup>96</sup> Ibid. p. 47.

<sup>97</sup> Ibid. loc. cit.

<sup>98</sup> Ibid. p. 130.

segurança pública, assistência do menor, salário mínimo, ensino gratuito, ensino superior, política salarial, categoria profissional, corrupção, justiça social, etc<sup>99</sup>

Para os fins deste estudo, interessa destacar que a maior parte das sugestões advinha de situação vivenciada no cotidiano. Também é relevante que a reforma agrária esteja de novo entre os assuntos mais presentes na participação popular da ANC, dada a conexão entre a reforma agrária e os direitos de propriedade que influenciaram a subcomissão na constitucionalização da herança.

Agora que se sabe premissas básicas para compreensão das sugestões populares, passa-se à verificação dos resultados para a pesquisa sobre a herança na base de dados SAIC. A consulta à base SAIC é de fácil acesso por meio eletrônico, bastando encontrá-la entre as bases históricas do Senado Federal. No entanto, os métodos de pesquisa, dentro da base, são restritos, é possível apenas a procura simples por vocábulos.

No caso desta análise, foi feita a pesquisa pela palavra “herança”, de forma que a base deveria exprimir em seus resultados todos os textos de sugestões e indexações que contivessem a palavra. Embora não seja um método de pesquisa que represente de forma fidedigna e científica todas as sugestões que, de fato, trataram sobre a herança, seu resultado fornece análises relevantes para compreender os diversos desejos da população brasileira quanto à herança.

O resultado da pesquisa gerou 189 (cento e oitenta e nove) registros da palavra “herança”, entre as sugestões à ANC. Contudo, cada um desses registros foi analisado, de modo que se verificou que a maior parte deles não consistia em uma real sugestão de norma ou opinião à constituinte sobre o tema. Como já mencionado, as sugestões, em sua maioria, foram apresentadas pelos cidadãos com pouca formalidade, o que lhes permitiu expressar anseios costumeiros em linguagem informal. Além disso, entre as “sugestões” havia também perguntas aos constituintes sobre heranças específicas que aquele cidadão estava por receber, questionando até mesmo se os constituintes seriam os responsáveis pela partilha.

Em outras, observou-se um certo desabafo de problemas enfrentados após a morte de um parente, mas que tampouco consistiam em sugestões efetivas à ANC. Inclusive, o SAIC possui uma classificação de “Sugestões não pertinentes” e alguns destes 189 (cento e oitenta e nove) registros, pelas razões expostas, encontravam-se nesta classificação. Retirados, dos 189 (cento e oitenta e nove) registros, aqueles considerados não pertinentes, constam, no SAIC, 84 (oitenta e quatro) sugestões sobre a herança.

---

<sup>99</sup> Ibid. loc. cit.

Ressalva-se ainda que o espaço do formulário, em que o cidadão escrevia sua sugestão, era aberto e nele discorria-se sobre quaisquer temas aos constituintes. Então, a maioria das sugestões sobre herança não foi dada isoladamente, e sim em meio a vários outros assuntos que cada cidadão julgou pertinente. A seguir, ao abordar os temas sucessórios presentes nas sugestões, refere-se apenas às partes dos textos que tratavam sobre a questão da herança, excluindo-se as informações diversas contidas no formulário.

Sobre a herança e como o cidadão brasileiro a notava em 1988, alguns assuntos foram suscitados com maior frequência. O ponto mais levantado nas sugestões foi uma queixa sobre os altos custos do inventário. Nesse aspecto, algumas das reclamações sobre os valores despendidos incluíram adendos pedindo (i) a abolição do imposto sobre transmissão *causa mortis*, (ii) a não incidência de qualquer imposto sobre a herança, (i) a desnecessidade de assistência por advogado ou (iv) ao menos que o inventário de imóvel único usado para moradia dos herdeiros fosse dispensado das custas do inventário. Além disso, com frequência, observou-se indignações contra a morosidade do inventário e dos procedimentos judiciais envolvidos.

Entre as sugestões, chegou-se inclusive a relacionar o custo do inventário com o problema agrário, a falta de terras. Tendo por base uma pessoa que recebe uma pequena propriedade como herança – e nenhum outro bem ou valor possui para arcar com os custos do inventário –, a manutenção da terra se torna inviável, o que gera o abandono do campo para as periferias da cidade.

Importa reparar que ao pedir a redução de custos ou isenção de tributos, a maioria das propostas colocava que esse tratamento mais brando deveria ser dado aos mais carentes. Sugerindo que a população não se revoltava contra o procedimento do inventário, mas contra o fato de que as custas aumentavam a miserabilidade de alguns. Desse modo, os pedidos de mudança na lei sobre herança, por meio da Constituição, queriam impedir a perda da propriedade a quem só restava uma pequena terra.

Com constância, também se notou preocupação com a situação em que ficava o cônjuge sobrevivente. No momento da morte, o cônjuge supérstite perdia metade dos bens que gozava. Em havendo herdeiros maiores de idade, a herança já poderia ser logo repartida, o que fragilizava ainda mais a situação de abrupta mudança no padrão de vida do sobrevivente.

Apesar de o cônjuge ter garantida a metade dos bens<sup>100</sup>, algumas propostas à constituinte se voltavam ao caso de pequenas heranças. Como exemplo, a situação em que a herança é um imóvel usado para moradia do sobrevivente. No caso de repartir metade do valor do imóvel, a metade do cônjuge poderia não ser suficiente para comprar outro imóvel, ainda que mais simples.

Mais uma vez a apreensão demonstrada é com os mais humildes que ficam sem moradia. Rememora-se o apontamento de Stéphane Monclaire<sup>101</sup>, segundo o qual as sugestões refletem o cotidiano e seus conteúdos têm uma íntima relação com aquilo que foi observado pelo cidadão no momento em que o formulário foi disponibilizado.

Destaca-se também uma outra questão de importância singular a este estudo, que foi bastante presente nas sugestões. Muitos pedidos para que a legislação infraconstitucional sobre a herança fosse modificada na parte em que não permitia que filhos havidos fora do casamento herdassem do pai. Isso, além de reflexo da sociedade da época, é uma questão que estava presente no Código Civil de 1916 e a constitucionalização do direito de herança traz consequências diretas a esse tema.

O direito à herança, quando promulgado na CRFB/88, vem no texto constitucional como inciso de um *caput* que garante a igualdade de todos perante a lei. O direito de herdar e a igualdade geram a incompatibilidade da lei infraconstitucional que promova o tratamento diferente para filhos havidos fora do matrimônio. Portanto, a constitucionalização do direito à herança, como garantia individual e cláusula pétrea, teve como consequência sanar, em grande parte, essa distinção entre os herdeiros, reflexo do princípio da igualdade.

Abaixo seguem os dados levantados da pesquisa no SAIC sobre a herança. Dos 189 (cento e oitenta e nove) resultados, foram desprezados aqueles que não continham propostas efetivas sobre a sucessão hereditária. Para os valores e categorias abaixo, foram destacados somente os temas mais frequentes. O tema sobre inventários resultou em um maior número de ocorrências, mas deve-se levar em conta que este tema inclui diferentes propostas, como a isenção do inventário em determinados casos ou a desnecessidade de advogado para fazê-lo. O tema intitulado como “liberalidade da herança” refere-se às sugestões que pleiteavam que o

---

<sup>100</sup> Nas sugestões dadas não fica claro se os cidadãos se referiam à meação ou herança do cônjuge, que atualmente dependeria do regime de bens do casamento.

<sup>101</sup> MONCLAIRE, S. A constituição desejada: SAIC: as 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros a assembleia nacional constituinte. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1991.



autor de herança tivesse completa liberdade no momento de testar, sem a obrigatoriedade da legítima.

*Tabela 2 - quantidade de sugestões sobre a herança divididas por assuntos*

<b>Número de sugestões em que o tema aparece</b>	<b>Tema</b>
22	Inventário (morosidade, redução dos custos, isenção, desnecessidade de advogado)
12	Ressalvas quanto ao cônjuge sobrevivente
12	Assuntos sobre a tributação da herança
11	Igualdade entre os filhos, especialmente os havidos fora do casamento
4	Liberalidade da herança

Novamente é válido retomar que a forma que os formulários foram coletados e cadastrados no SAIC, bem como a limitação de fazer uma busca simples por termos na plataforma, prejudica a credibilidade e a confiabilidade dos dados obtidos. No entanto, o que se intenta não é o estudo científico dos dados, e sim o levantamento dos temas suscitados pelos cidadãos em 1988. A fim de que a compreensão dos temas de interesse, quanto à herança, auxilie no estudo das razões que levaram a ANC a constitucionalizá-la.

Nota-se que o que ocorria em 1988 era uma necessidade de mudar as leis anacrônicas que já não mais expressavam a sociedade naquele momento. Principalmente no Código Civil de 1916, existia a demanda de atualização. Como foi o caso da disposição sobre a herança de filhos fora do casamento e o caso do tratamento da mulher.

A redação anterior do Código Civil pátrio normatizava um tratamento à mulher que a sociedade, em 1988, deu sinais, por meio das sugestões, de não mais tolerar. A ANC promoveu um debate substancial sobre o papel da mulher, com subcomissões específicas para o tema e trazendo mulheres para um espaço de fala nas audiências públicas<sup>102</sup>. Então, a Constituição era o primeiro indício de que a legislação brasileira reconhece que o tratamento dado às mulheres no Código de 1916 não é mais compatível.

Nesse aspecto, em relação às normas de direito sucessório, são observadas reclamações da população sobre a falta de assistência ao cônjuge supérstite, agravada pela diferenciação que

---

<sup>102</sup> PITANGUY, J. A mulher. In: Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular - caderno de textos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. p. 69.

o código fazia sobre a morte do homem e da mulher e seus respectivos herdeiros. Entre as sugestões enviadas à ANC, destaca-se a de Julista L. B. J. Carneiro<sup>103</sup> que ilustra esse cenário de inconformidade com a diferenciação no código.

Prioritariamente, deve haver uma revisão nas leis que determinam a posição da mulher na família e no trabalho. A mulher deve merecer atenção como mãe, companheira, dona de casa, sem nenhuma remuneração e, como trabalhadora. A mulher como um ser mais sensível que o homem, deve haver mais mulheres representantes na constituinte. Dizer: "A lei é para todos igualmente, independente de raça, cor, credo ou sexo", só na teoria não resolve. Tem que ser na realidade. Outro absurdo é o de n.1744, inciso 3, que dá direito ao pai de deserdar uma filha por considerá-la desonesta, impedi-la de receber herança [...].

O artigo referido é o art. 1.744, III, do Código Civil de 1916, que previa que o pai poderia deserdar a filha que vivesse sobre o seu teto e a considerasse desonesta. No atual Código Civil, as normas sobre deserdação são tão rígidas que ensejam discussões sobre a falta de liberalidade do autor de herança. Pelo contrário, o Código Civil anterior permitia ao pai deliberadamente tolher da filha a herança, deixando expresso que essa hipótese é cabível apenas a “filha”, sem qualquer menção aos filhos homens. Fica evidente a inconformidade de certas normas do Código Civil de 1916 com a sociedade de 1988, que viu mudanças sendo viabilizadas na Constituição.

Ao constitucionalizar a herança e garantir a igualdade dos sujeitos na disputa sucessória, a CRFB/88 resguardou também as mulheres que, por normas como a supracitada, experimentavam injustiças. Ademais, a população demonstrou interesse em variadas vertentes do direito sucessório, tecendo pleitos à constituinte. Aliando isso ao fato de que o relatório que antecede o anteprojeto da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais – o primeiro texto da ANC a prever o direito à herança – cita o aproveitamento que foi feito do conteúdo destas sugestões, percebe-se que elas potencialmente foram uma fonte de influência.

### 3.5.2 Sugestões dos constituintes à Assembleia Nacional Constituinte

Muito embora fuja da participação popular em sentido estrito, outra base de dados de sugestões do Senado Federal pode ser útil na compreensão da percepção social do direito sucessório até 1988. Refere-se à SGCO – Sugestão dos constituintes à Constituinte de 1988, sobre a qual se discorrerá brevemente. Essa base fornece indícios, anteriores à elaboração do

---

<sup>103</sup> Base de dados SAIC - Sugestões da população para a Assembléia Nacional Constituinte de 1988. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/asp/detalheDocumento.asp?codBase=1&codDocumento=8549&sgBase=SAIC&q=Heranca>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

texto constitucional, daquilo que os próprios constituintes acreditavam que deveria constar na magna carta.

Ao contrário da SAIC, a SGCO não trouxe resultados sobre a aplicação prática de regras sucessórias, mas demonstrou a manifestação de vontade de alguns constituintes pela inserção da herança como direito constitucionalmente assegurado. A busca na base deu-se da mesma forma que na SAIC, uma vez que as ferramentas de pesquisas são iguais nas bases históricas do Senado Federal. Isto posto, a busca pelo termo “herança” rendeu 19 (dezenove) registros. Entre esses registros, apenas 14 (catorze) tratavam diretamente de sugestões quanto à herança. Entre estes 14 (catorze), 5 (cinco) referiam-se especificamente ao imposto sobre a herança – seja para sua criação, seja para sua inexistência. Além disso, uma sugestão requeria exclusivamente normas sobre a herança jacente e vacante.

Entre as sugestões remanescentes, algumas mencionavam que deveria existir, na Constituição, norma sobre a tributação da herança, mas, além disso, pediam que esse direito fosse constitucionalmente assegurado, que é o ponto fulcral deste estudo. Assim, foram localizadas somente 8 (oito) sugestões dos constituintes em prol da inserção direito de herança na Constituição. Pelo baixo número de resultados, não se pode afirmar que estas sugestões influenciaram na constitucionalização do direito à herança. Contudo, é válido mencionar uma das sugestões.

Trata-se da sugestão feita pelo parlamentar Francisco Sales, que guarda semelhança tanto com o texto do Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, tanto com o do relator da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais da ANC.

Sugere a garantia do direito à propriedade privada e à herança e a expropriação, para fins de reforma agrária ou arrendamento compulsório do imóvel rural que não cumprir sua função social<sup>104</sup>.

Nesta sugestão, há os elementos presentes nos referidos anteprojeto que antecederam a Constituição de 1988, como a herança ligada à propriedade, por sua vez, sujeita à função social. Por fim, a correlação entre a propriedade e a herança também esteve presente na sugestão feita pelo parlamentar Jarbas Passarinho, que solicitou que ambas as garantias estivessem na Constituição. Esta percepção é importante pela repetição das noções sobre os direitos que foram posteriormente reproduzidos na Constituição.

---

<sup>104</sup> Base de dados SGCO - Sugestão dos constituintes à Constituinte de 1988. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/asp/detalheDocumento.asp?codBase=5&codDocumento=2080&sgBase=SGCO&q=Heranca>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

### 3.6 A influência internacional

O Brasil não esteve isolado na renovação da carta constitucional após a retomada democrática. Essa foi a realidade para países da Europa e também da América, o que indica que o reconhecimento dos direitos fundamentais ganha ainda mais força depois que a democracia é ameaçada por um Estado autoritário. No cenário internacional, observou-se esse movimento constitucional pela positivação dos direitos fundamentais de forma que eles alcançaram o ápice do ordenamento jurídico e, por isso, gozam agora de maior segurança dentro de um Estado Democrático de Direito.

Tendo em vista as semelhanças contextuais, averigua-se se outros países podem ter exercido influência na constitucionalização de certos direitos na CRFB/88. Não obstante, cabe a ressalva de que o rol de direitos fundamentais incluídos na constituição de cada país certamente é diferente, depende de fatores extrajurídicos, da cultura e da história de cada nação<sup>105</sup>.

No caso brasileiro, um exemplo de um direito, fora dos tipicamente conhecidos como fundamentais, é o direito à herança, que foi positivado na Constituição como uma garantia individual e, como tal, também é um direito fundamental<sup>106</sup>. Nesse aspecto, é importante avaliar a evolução dos direitos fundamentais na perspectiva internacional e, além de buscar os antecedentes constitucionais da herança, é essencial adentrar ao histórico do direito à propriedade, pois, ao que se sabe, a propriedade causou demasiada influência na constitucionalização da herança.

É salutar o fenômeno de ascensão dos direitos fundamentais no cenário internacional. O termo “direitos fundamentais” surgiu na França e culminou na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Após, no século XIX, aparece na doutrina alemã como um sistema de relações jurídicas básicas<sup>107</sup>. Logo, vê-se que a Europa exerceu grande maestria na disseminação dos direitos fundamentais nas constituições.

Em termos de diplomas internacionais, em 1948, a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) da ONU foi proclamada em Paris com o fito de ser uma norma comum,

---

<sup>105</sup> MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. Curso De Direito Constitucional. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. p. 142.

<sup>106</sup> GONÇALVES, M. A comissão Afonso Arinos como ensaio técnico da constituinte de 1987-88. Décimo Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2016. p. 324.

<sup>107</sup> FERNANDES, B. G. Curso de Direito Constitucional. 9. ed. Salvador: JusPODIVM, 2017. p. 612.

observada por todas as nações. No art. 25, traz a importância de garantir minimamente a sobrevivência do indivíduo, que em muito se relaciona com a dignidade da pessoa humana que é fundamento da República brasileira. A DUDH ainda repete a premissa presente na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 (arts. 2º e 17), segundo a qual a propriedade é uma garantia básica do indivíduo, um direito inviolável e sagrado que só pode ser restringido em caso de necessidade pública e mediante indenização.

Por outro lado, é mais à frente, na Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), de 1969 – ratificada pelo Brasil –, que os direitos humanos da propriedade são vistos como merecedores de reconhecimento do Estado, não de concessão. No texto da convenção, chama atenção a utilização da expressão “reconhecimento de direitos fundamentais na constituição” (art. 25). O que reforça a desnecessidade de maiores debates sobre a inclusão da herança na Constituição, já que está vinculada à propriedade. Inclusive, o texto promulgado na CRFB/88 sugere a mesma conclusão, a “garantia do direito de herança” é uma redação que significa o reconhecimento pelo Estado de um direito, não de uma inovação a ser concedida aos cidadãos brasileiros<sup>108</sup>.

Também na CADH aparece o direito à propriedade passível de subordinação à sua função social e, no art. 21, fica vedada a desapropriação sem indenização justa. Novamente, a ordem das disposições é muito semelhante àquela seguida nos textos pré-constitucionais do Brasil, em análise. Não é inapropriado concluir que a CADH teve contribuição na concepção da CRFB/88, tendo inspirado as noções constitucionais da propriedade.

Nas discussões da Subcomissão constituinte, observa-se que especialistas em direitos humanos internacionais foram convidados a falar e se debruçaram sobre o tema da CADH. Além disso, o pacto de San José da Costa Rica, outro nome para esta Convenção, repercutiu no cenário jurídico nacional. Nessa senda, em decisão recente, posterior à CRFB/88, o Supremo Tribunal Federal conferiu-lhe *status* de norma “supralegal”, abaixo apenas da constituição.

Contudo, o processo de afirmação constitucional dos direitos fundamentais foi deflagrado antes, pela Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição de Weimar em 1919. Considerando que Ulysses Guimarães, em discurso<sup>109</sup>, chamou a CRFB/88 de “Constituição

---

<sup>108</sup> SILVA, J. A. DA. Comentário contextual à Constituição. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 126.

<sup>109</sup> Discurso de Ulysses Guimarães na promulgação da Constituição de 1988. p. 297. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/4103/2856>>. Acesso em: 21 out. 2020.

cidadã”, sabe-se que esse foi um diploma que contribuiu para o fortalecimento dos direitos fundamentais no Brasil, que vinham se desenvolvendo constitucionalmente no século XX.

Inclusive, foi a Constituição de Weimar (1919) que adotou a ideia de que a propriedade obriga, ou seja, só existe com o cumprimento de sua função social – e isso permanece na atual Lei Fundamental da Alemanha (art. 14). A Constituição de Weimar reverberou mundialmente, como um diploma predecessor em termos de direitos humanos. Foi este o primeiro texto constitucional a positivar a garantia do mínimo existencial que, posteriormente, em 1948, a DUDH dispôs em seu art. 25.

Ao falar na vanguarda na previsão do mínimo existencial como um direito fundamental, rememora-se mais uma vez a previsão da dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado brasileiro<sup>110</sup>, caracterizando os reflexos da Constituição de Weimar na CRFB/88. Na carta magna brasileira, a dignidade da pessoa humana sustenta a base de todos os direitos sociais largamente previstos<sup>111</sup>. Segundo Celso Ribeiro Bastos<sup>112</sup>, desde a constituição de 1891 o Brasil instituiu uma democracia social cujo paradigma, posterior, foi exatamente a Constituição de Weimar.

A Alemanha<sup>113</sup>, por sua doutrina clássica, auxiliou no processo de constitucionalização dos direitos fundamentais. Além disso, não se retiram influências apenas da Constituição de Weimar, como também da atual Lei Fundamental alemã (1949). Na qual os direitos fundamentais (arts. 1º a 20) são dispostos como cláusulas pétreas<sup>114</sup>, como na Constituição brasileira.

Todavia, ao contrário da Lei Fundamental alemã, a carta constitucional brasileira consagra outros direitos fundamentais além dos clássicos. Na mencionada Lei Fundamental, vê-se um fundo liberal, em que os direitos são resguardados de possíveis violações do Estado,

---

<sup>110</sup> SARLET, I. W. Direitos sociais, mínimo existencial e o núcleo essencial dos direitos fundamentais - algumas aproximações. In: TOFFOLI, J. A. D. (Ed.). 30 Anos da Constituição Brasileira - Democracia, Direitos Fundamentais e Instituições. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 645.

<sup>111</sup> WEBER, R. Trinta anos da constituição coragem: caminho de afirmação dos direitos fundamentais do cidadão trabalhador. In: TOFFOLI, J. A. D. (Ed.). 30 Anos da Constituição Brasileira - Democracia, Direitos Fundamentais e Instituições. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 531.

<sup>112</sup> BASTOS, C. R. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 101.

<sup>113</sup> Em termos de comparação entre o direito sucessório do Brasil e da Alemanha, há que se falar que o livro de sucessões é o último do Código Civil de 1916 e assim permaneceu no de 2002. A mesma disposição do BGB alemão. Porventura, uma singela coincidência, já que a morte encerra a lógica disposição dos direitos (TARTUCE, F. Manual de direito civil. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. p. 1393)

<sup>114</sup> MORAES, A. DE. Direito Constitucional. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 516.

havendo até mesmo dificuldade em aplicar as normas nas relações entre particulares – efeitos horizontais dos direitos fundamentais <sup>115</sup> . A despeito disso, no Brasil, subsistiu a constitucionalização de direitos que garantem o próprio cidadão em diferentes aspectos, um deles é o dos direitos individuais.

Posto o contexto sobre os direitos fundamentais, passa-se à análise breve das constituições em espécie, no que diz respeito à propriedade e à herança. Foram eleitas três constituições para comparar com a CRFB/1988, são elas as constituições da Alemanha (1949), Portugal (1976) e Espanha (1978). A escolha destas constituições foi baseada em breve comparação feita por Gilmar Mendes<sup>116</sup>, vez que estes diplomas sucedem períodos de desprezo aos direitos fundamentais e, principalmente, adotam o princípio da aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais, como a CRFB/88 em seu art. 5º, §6º. Além disso, na doutrina referenciada neste trabalho, estas constituições são frequentemente comparadas com a brasileira.

Estas três normas constitucionais são anteriores a 1988 e refletem o processo europeu de ascensão dos direitos fundamentais no âmbito constitucional. Ademais, outros motivos justificam a eleição destes diplomas. Como já relatado, a Lei Fundamental da Alemanha contribuiu na constitucionalização de direitos fundamentais e apresenta semelhanças com o texto constitucional brasileiro, no que se refere às cláusulas pétreas. Por fim, nestas constituições, verificou-se previamente a presença de dispositivos que tratam da herança, o que possivelmente trará análises relevantes a este estudo.

Alerta-se, no entanto, que não se pretende esgotar as constituições internacionais que podem ter tido influência na constitucionalização da herança, de outro modo, o intuito por ora é de demonstrar que o Brasil não esteve sozinho nesse processo. Elegeu-se em princípio os diplomas constitucionais que podem gerar análises mais interessantes pela presença da herança em seus textos. Para além, são constituições com similaridades que podem indicar que houve uma influência, anterior a 1988, que promoveu a constitucionalização da herança em outros países.

---

<sup>115</sup> SILVA, J. A. DA. Comentário contextual à Constituição. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 23.

<sup>116</sup> MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. Curso De Direito Constitucional. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. p. 154.

Gilmar Mendes<sup>117</sup>, ao discorrer sobre a CRFB/88, coloca a necessidade de estudar constituições de língua portuguesa visto que é “possível identificar uma tradição institucional comum que informa os ordenamentos constitucionais”. Nesse sentido, volta-se à Constituição portuguesa, promulgada em 1976. É a única entre as três em destaque que não fala expressamente da garantia da herança. Ao passo em que somente dispõe sobre a garantia da propriedade privada e sua transmissão em vida ou em morte. Texto que coaduna com os das constituições brasileiras anteriores a de 1988, já tratados. Fica assim disposto no art. 62 da Constituição de Portugal de 1976:

Artigo 62.º

Direito de propriedade privada

1. A todos é garantido o direito à propriedade privada e à sua transmissão em vida ou por morte, nos termos da Constituição.
2. A requisição e a expropriação por utilidade pública só podem ser efetuadas com base na lei e mediante o pagamento de justa indemnização.

Em contrapartida, a Lei Fundamental alemã, já em 1949, no art. 14, 1, assenta que a propriedade e a herança devem ser garantidas e que a propriedade obriga, portanto, seu uso deve ser voltado ao bem comum. Em seguida, tece ainda menção à desapropriação e sua respectiva indenização. Repara-se que a lógica utilizada lembra o texto com conteúdo equivalente dos anteprojetos do relator e da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais da ANC. Primeiro, a garantia da propriedade e a herança, em seguida, a subordinação da propriedade ao cumprimento da função social e, por fim, as considerações quanto à possibilidade de desapropriação.

Artikel 14

(1) Das Eigentum und das Erbrecht werden gewährleistet. Inhalt und Schranken werden durch die Gesetze bestimmt.

(2) Eigentum verpflichtet. Sein Gebrauch soll zugleich dem Wohle der Allgemeinheit dienen.

(3) Eine Enteignung ist nur zum Wohle der Allgemeinheit zulässig. Sie darf nur durch Gesetz oder auf Grund eines Gesetzes erfolgen, das Art und Ausmaß der Entschädigung regelt. Die Entschädigung ist unter gerechter Abwägung der Interessen der Allgemeinheit und der Beteiligten zu bestimmen. Wegen der Höhe der Entschädigung steht im Streitfalle der Rechtsweg vor den ordentlichen Gerichten offen<sup>118</sup>.

---

<sup>117</sup> Ibid. p. 489.

<sup>118</sup> Artigo 14

(1) Os direitos de propriedade e herança devem ser garantidos. Seus conteúdos e limites devem ser definidos pela lei.

(2) A propriedade obriga. Seu uso também deve servir ao bem comum.



Enfim, a Constituição da Espanha de 1978 é a mais recente entre as três e segue com texto similar ao da Lei Fundamental alemã, no que se refere à propriedade e à herança. Está assim disposto no art. 33 da carta espanhola:

Artículo 33

1. Se reconoce el derecho a la propiedad privada y a la herencia.
2. La función social de estos derechos delimitará su contenido, de acuerdo con las leyes.
3. Nadie podrá ser privado de sus bienes y derechos sino por causa justificada de utilidad pública o interés social, mediante la correspondiente indemnización y de conformidad con lo dispuesto por las leyes<sup>119</sup>.

Vistas as constituições, nota-se a semelhança de dispositivos também com a CRFB/88. Há a relação entre a propriedade e a herança e também as ressalvas para a desapropriação, o que evidencia que a CRFB/88 pode ter sido a primeira no Brasil a constitucionalizar a herança, mas não era a única no mundo com essa garantia. Na verdade, nota-se que diplomas estrangeiros caminhavam para a inserção da herança no texto constitucional – vinculada ao direito de propriedade.

O objetivo ao abordar a dimensão internacional não é apontar origens específicas para a inserção da herança na CRFB/88. Em verdade, o que se pretende é apresentar o movimento internacional que possivelmente contribuiu para tanto. Além disso, demonstrar que o Brasil não está isolado nessa questão e que outros países constitucionalizaram a herança anteriormente. O que reforça a redação da CADH, que sugere o reconhecimento do direito à herança pelos Estados, confirmado nos textos constitucionais analisados. Portanto, observa-se a influência internacional, advinda em especial da Europa, que pode ter contribuído para que o direito à herança ganhasse espaço na CRFB/88.

---

(3) A expropriação deve ser permitida apenas para o bem comum. Só pode ser ordenada por lei ou com base em lei que determine a natureza e extensão da compensação. Tal compensação deve ser determinada estabelecendo um equilíbrio entre o interesse público e os interesses daqueles afetados. Em caso de disputa sobre o montante da compensação, o recurso deve ser destinado às cortes comuns.

(tradução nossa)

<sup>119</sup> Artigo 33

1. Reconhece-se o direito à propriedade privada e à herança.
2. A função social destes direitos delimitará seu conteúdo, de acordo com as leis.
3. Ninguém poderá ser privado de seus bens e direitos senão por causa justificada de utilidade pública ou interesse social, mediante a correspondente indenização e em conformidade com o disposto pelas leis.

(tradução nossa)

#### 4 AS CONSEQUÊNCIAS DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA HERANÇA

A garantia do direito à herança foi inserida no art. 5º, XXX, da CRFB/88. Após compreender as diversas influências, é importante reparar nas consequências advindas deste dispositivo. No momento em que um direito é colocado na constituição de uma nação, deve subsistir certa resistência para sua limitação. Alexy<sup>120</sup>, nesse ponto, menciona o direito do indivíduo a não ter sua liberdade de ação restringida por normas que não façam parte da ordem constitucional. No caso, a Constituição brasileira ostenta rigidez, porquanto seus dispositivos estão menos suscetíveis a reformas.

Além do mais, os direitos previstos no art. 5º, da CRFB/88, são cláusulas pétreas que limitam o poder reformador – são direitos que não podem ser reduzidos, nem sequer por emenda constitucional. Sabe-se que existência das cláusulas pétreas visa impedir um processo que destrua o projeto original de uma constituição<sup>121</sup>. A princípio, a constitucionalização da herança deve ser analisada junto a sua qualidade de cláusula pétrea. Isso, pois, a intangibilidade por parte do poder de reforma significa a imprescindibilidade da norma para o ordenamento pátrio.

Dessa forma, a primeira consequência lógica da introdução do direito de herdar na carta constitucional – que o fez na qualidade de cláusula pétrea – é vedar ainda mais as possibilidades de acesso e transgressão a esse direito, dada a importância que possui para o cidadão e para a manutenção do projeto constitucional pensado na ANC. Não é somente proteger a herança do próprio Estado, é também proteger contra as omissões do Estado, tendo em vista que o cidadão pode forçar sua atuação para garantia de um direito constitucionalmente assegurado por meio de instrumentos jurídicos, como o mandado de injunção<sup>122</sup>.

Além disso, a constitucionalização da herança tem repercussão para o legislador infraconstitucional, que fica impedido de elaborar normas que reduzam o direito dos herdeiros necessários. Nesse aspecto, garantiu-se a manutenção da legítima no ordenamento jurídico brasileiro<sup>123</sup>. Deve ser protegido o patrimônio que servirá de herança, então, a Constituição

---

<sup>120</sup> ALEXY, R. Teoria dos direitos fundamentais. [s.l.] Malheiros, 2006. p. 279.

<sup>121</sup> MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. Curso de Direito Constitucional. op. cit. p. 121.

<sup>122</sup> COSTA, J. M. Art. 5, XXX – é garantido o direito de herança. In: CANOTILHO, J. J. G. et al. (Eds.). . Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2013.

<sup>123</sup> SILVA, J. A. DA. Comentário contextual à Constituição. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

auxilia a blindagem da metade dos bens do falecido, sobre os quais incide o direito de herdar dos herdeiros necessários.

Ainda se lembra que o constituinte tratou sobre o direito à herança ou, em certo momento da ANC, o direito à sucessão hereditária, detalhe que gera efeitos no embate com a sucessão em geral. Embora a diferença não tenha sido registrada em atas da ANC, ela existe. A consequência é que a sucessão legítima tem preferência em relação à vontade do testador, portanto, em caso de colisão, prevalece o direito dos herdeiros<sup>124</sup>. Todavia, também fica resguardado o sucessor testamentário que se tornou herdeiro de todos os bens, na falta de herdeiros necessários. Por conseguinte, a lei infraconstitucional fica impedida de determinar a vacância da herança de forma imediata<sup>125</sup>.

Ademais, considerando que os constituintes se referiram à necessidade de garantir o direito à herança para proteção da propriedade, esta é uma das principais consequências da constitucionalização da herança. Todo o cenário constitucional que permeia a discussão sobre a propriedade explica a preocupação em resguardá-la, a fim de que não sofresse limites – especialmente pelo risco de adesão à reforma agrária. Nesse sentido, a herança seria mais uma forma de resguardar a propriedade dos herdeiros e do autor de herança.

Até mesmo a discussão acerca do imposto sobre a herança tocava na proteção da propriedade. Os impostos sobre a herança vinham em crescente e faziam com que a propriedade, após a morte, retornasse em parte ao Estado. Então, o assunto gerou emendas na constituinte destinadas a evitar que o Estado tomasse ou restringisse a propriedade se a herança – e seus efeitos tributários – não fosse disciplinada na Constituição.

Lembra-se também que houve propostas pela impossibilidade de tributar a herança e, então, preveni-la do Estado. Por outro lado, demais constituintes manifestaram-se sobre a irrisória quantia que o imposto sobre a herança significa ao erário, mas que o tributo é necessário para atingir uma justiça social – por meio do retorno à sociedade de uma pequena parte dos grandes patrimônios. Certo é que impasses assim dominaram as discussões constitucionais sobre a herança e favorecem o entendimento de que ela foi constitucionalizada para que a propriedade pudesse ser mantida sem limitações, nem mesmo tributárias.

Na doutrina, também reverberou esta concepção, tanto no campo constitucional como civil. Sob a noção de que a herança é essencial para que a propriedade não se torne um mero

---

<sup>124</sup> LÔBO, P. Direito constitucional à herança, saisine e liberdade de testar. Araxá: 2013.

<sup>125</sup> SILVA, J. A. DA. Comentário contextual à Constituição. op. cit. p. 126.

usufruto vitalício<sup>126</sup>. Vale considerar que a herança é relevante não apenas em razão de uma dependência quanto à propriedade<sup>127</sup>.

Contudo, esse é o entendimento de Celso Ribeiro Bastos<sup>128</sup>, que a herança foi incluída tão somente pra reforçar o direito à propriedade. Inviabilizando que o Estado se apropriasse dos bens após a morte do indivíduo. Em sua cognição, a Constituição deveria ter previsto mais acertadamente o direito à sucessão *causa mortis*. No mesmo sentido, José Afonso da Silva<sup>129</sup> trata a herança meramente como um direito decorrente do direito de propriedade, concluindo que a CRFB/88 nada criou de novo.

[...] conclui-se que o Direito Sucessório está baseado no direito de propriedade e na sua função social (art. 5.º, incs. XXII e XXIII, da CF/1988). Porém, mais do que isso, a sucessão *mortis causa* tem esteio na valorização constante da dignidade humana, seja do ponto de vista individual ou coletivo, conforme o art. 1.º, inc. III, e o art. 3.º, inc. I, da Constituição Federal de 1988<sup>130</sup>.

De fato, não há como dissociar a herança da propriedade, mas espera-se ampliar o entendimento do impacto jurídico deste direito. Haja vista que o direito de herdar é uma expressão da dignidade da pessoa humana e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária. É uma garantia básica – fundamental – ao cidadão brasileiro, que deve ter direito a manter os ganhos de toda a sua vida para os seus herdeiros eleitos, por escolha ou por força da lei.

Deve-se considerar também que o direito à herança tem uma posição jusfundamental diferente do direito à propriedade, o que colabora para sua constitucionalização de forma autônoma. Isto é, ele ostenta dupla titularidade, no sentido de que é tanto titular o *de cujus*, que deixa a herança, como o herdeiro, que a recebe<sup>131</sup>. Assim, a herança se distingue e favorece a

---

<sup>126</sup> GOMES, F. L. O direito fundamental à herança: âmbito de proteção e consequências de sua constitucionalização. [s.l.] Universidade Federal do Ceará, 2015.

<sup>127</sup> Como já apontado, durante a ANC a herança foi colocada em artigo único em clara dependência ao direito à propriedade. Contudo, a redação final lhe conferiu autonomia, ainda que em inciso. Essa evolução textual sugere que a herança é mais do que apenas uma garantia acessória da propriedade.

<sup>128</sup> GOMES, F. L. O direito fundamental à herança: âmbito de proteção e consequências de sua constitucionalização. op. cit. p. 75.

<sup>129</sup> SILVA, J. A. DA. Comentário contextual à Constituição. op. cit. p. 126

<sup>130</sup> TARTUCE, F. Manual de direito civil. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. p. 1393.

<sup>131</sup> GOMES, F. L. O direito fundamental à herança: âmbito de proteção e consequências de sua constitucionalização. op. cit.

compreensão de que provavelmente outras influências atuaram além da necessidade de assegurar a propriedade.

Este estudo visa suscitar possíveis influências que motivaram a introdução da herança entre os direitos individuais. Em seu decorrer, deixa ao leitor a resposta de que as influências são várias e, ao mesmo tempo, não se pode eleger uma em particular. Dessa maneira, inegável que a proteção da propriedade influiu na constitucionalização da herança, mas não é a razão singular para tanto.

Adiante, mais uma repercussão do direito à herança é a igualdade entre os herdeiros, imposta pelo *caput*, do art. 5º, da CRFB/88. Todos têm o direito de herdar. Algumas distinções eram feitas no Código Civil de 1916 e o que se observou foi uma inquietação da sociedade, nas sugestões à constituinte, pleiteando mudanças. Nota-se que constitucionalização da herança vem entre os códigos civis de 1916 e 2002. Tal como as demais normas constitucionais, o art. 5º, XXX, da CRFB/88, trouxe reflexos no advento do novo diploma civil.

Primeiro em relação ao amparo do cônjuge, vez que no Código de 1916 (CC/16) o cônjuge era o terceiro na ordem de sucessão legítima. Enquanto no Código de 2002 (CC/02) o cônjuge concorre com os descendentes, na falta deles, com os ascendentes e, na falta, ainda está com seu direito garantido no art. 1.829, III, do CC/02. Lembra-se que esse tema surgiu com frequência entre as sugestões feitas à constituinte, nas quais a população clamou por normas constitucionais que protegessem melhor o cônjuge sobrevivente.

Ainda sobre o cônjuge, o CC/16 continha normas que diferenciavam o caso em que a mulher é o supérstite do que o homem o é. As normas, de certa forma, são um reflexo da sociedade, mas já em 1988 a sociedade dava sinais de não mais suportar estas distinções<sup>132</sup>. É o caso do art. 1.579, §1º – que não sobreviveu no CC/02 –, que previa que, se o cônjuge sobrevivente fosse a mulher, ela só poderia ficar na posse da herança até a partilha se estivesse vivendo com o marido ao tempo de sua morte, ao passo em que não era feita qualquer ressalva se o sobrevivente fosse o homem.

Em continuidade, outra grande distinção feita pelo CC/16, que não foi sustentada no novo código, é quanto aos filhos havidos fora do casamento. Assim dispunha o código pretérito:

Art. 1.605. Para os efeitos da sucessão, aos filhos legítimos se equiparam os legitimados, os naturais reconhecidos e os adotivos.

§ 1º Havendo filho legítimo, ou legitimado, só a metade do que a este couber em herança terá direito o filho natural reconhecido na constância do casamento (art. 358).

---

<sup>132</sup> FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12 ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 547.

A ressalva que consta, sobre o art. 358, é o dispositivo que previa que filhos incestuosos e adulterinos não poderiam ser nem sequer reconhecidos. Portanto, mesmo sendo filhos do autor de herança estariam excluídos da ordem sucessória. Assim, o direito à herança constitucionalmente assegurado e sob o manto do princípio da igualdade favoreceu mudanças que extinguiram algumas diferenciações entre os filhos.

Outra norma que tecia diferenças incompatíveis com a CRFB/88 é a do art. 1.744, III, do CC/16. Segundo a qual apenas a filha que vive em casa paterna poderia ser considerada desonesta para fins de deserdação, sem que a mesma punição fosse prevista para os filhos homens. O dispositivo foi retirado do ordenamento e não condiz com a igualdade prevista na Constituição.

No entanto, em que pese o CC/02 revogar e não reproduzir estas distinções entre herdeiros, trouxe uma nova exclusão em seu art. 1.790. O dispositivo consolidava regras sucessórias para o companheiro diferentes das do cônjuge, passando a excluir o companheiro da sucessão de bens adquiridos gratuitamente e obstando que tivesse direito à totalidade da herança na falta de outros herdeiros necessários. A questão foi objeto do RE 878.694/MG em que o Supremo Tribunal Federal, por maioria, declarou a inconstitucionalidade do art. 1.790 para que a companheira tivesse direito à herança, na forma do art. 1.829, do CC/02. Um dos fundamentos do acórdão foi exatamente a violação ao princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

De outro modo, o princípio da igualdade não foi suficiente para equiparar o filho adotivo no direito à herança, conforme AR 1.811/PB. Na referida Ação Rescisória, a autora alegou que o art. 51, da Lei nº 6.515/77, teria revogado tacitamente o art. 377, do CC/16, com redação dada pela lei nº 3.133/57 – segundo o qual a adoção não repercute na sucessão. O art. 51, da Lei nº 6.515/77, por sua vez, enunciava a igualdade entre os filhos consanguíneos, havidos ou não dentro do casamento.

Nesta oportunidade, o ministro Cezar Peluso destacou que o princípio da igualdade já estava presente na ordem jurídica brasileira antes da CRFB/88 – sendo este apenas o diploma que o consagrou –, assim, todas as normas que promovessem a diferenciação entre os filhos já eram inconstitucionais. Todavia, por maioria, os ministros entenderam que o art. 51, da Lei nº 6.515/77, não estende sua aplicação aos filhos adotivos, portanto, não ocorreria o tratamento igualitário intencionado pelo ministro Cesar Peluso. Prevaleceu o entendimento exarado pelo relator, Eros Grau, ao reforçar que a diferenciação sucessória do filho adotivo permaneceu

vigente até o advento da CRFB/88, que expressamente a extinguiu no art. 227, §6º. No caso em teia, não foi aplicado o artigo porque a sucessão foi aberta em 1980.

Assim, nota-se que o princípio da igualdade pode não ser suficiente para assegurar o tratamento sucessório isonômico diante de regras específicas, tampouco o art. 5º, XXX, da CRFB/88, é suficiente para garantir o direito de herdar a todos os indivíduos de forma indistinta. Inclusive, em ambos os acórdãos, do RE 878.694/MG e da AR 1.811/PB, a garantia constitucional do direito à herança não foi ao menos citada para referir à possibilidade de direito das partes autoras. Ocorre que a garantia da Constituição diz respeito ao direito de herança, com redação que preserva o instituto e deixa o direito subjetivo ao legislador. Fato que explica que o dispositivo seja pouco utilizado na defesa de direitos individuais específicos, uma vez que seu objeto é a garantia do instituto.

Nesse ponto, é válido colocar que as garantias constitucionais oferecem proteção a um interesse legítimo, no caso, o direito à herança. A utilização do termo “garantia” sugere o resguardo de um instituto contra possível perigo<sup>133</sup>. No contexto jurídico, a garantia está ligada à proteção de valores da liberdade e da personalidade e, no século XX, passou a envolver a instituição<sup>134</sup>, com base em conceitos promovidos por Carl Schmitt. No entanto, foi Klaus Stern que difundiu a separação entre a garantia institucional (referente ao direito público) e a garantia dos institutos (referente ao direito privado)<sup>135</sup>, em que o direito sucessório é entendido como a garantia de um instituto.

As garantias institucionais e de institutos surgem da pressão social ou por força da consciência pública<sup>136</sup>. Seus conceitos não se confundem com as garantias fundamentais, que conferem ao indivíduo a possibilidade de demandar do Estado os direitos positivados. As fundamentais são normas que limitam o Estado para proteger indiretamente um direito específico da pessoa, já a institucional visa assegurar a permanência da instituição ou instituto, por meio da garantia do mínimo para sua existência. Em geral, a garantia institucional<sup>137</sup> não

---

<sup>133</sup> FILHO, G. B. M. A família como garantia institucional na Constituição. In: LINHARES, E. DE A.; SEGUNDO, H. B. M.; NETO, A. R. (Eds.). Democracia e Direitos Fundamentais: uma homenagem aos 90 anos do professor Paulo Bonavides. São Paulo: Grupo GEN, 2016. p. 359.

<sup>134</sup> BONAVIDES, P. Curso de direito constitucional. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 526.

<sup>135</sup> Ibid. p. 544.

<sup>136</sup> Ibid. p. 542.

<sup>137</sup> O termo é utilizado como gênero, no qual a garantia de instituto está inserida.

confere direitos subjetivos, apesar de ser possível que uma garantia tenha aspectos de institucional e de direito subjetivo. Na verdade, a garantia institucional, ou de instituto, tem como característica precípua a preservação dos direitos subjetivos que lhes confere sentido – com o papel de assegurar o básico para manutenção institucional, estas garantias deixam ao legislador o encargo de detalhar a proteção ao bem jurídico<sup>138</sup>. Portanto, o que a Constituição faz é uma previsão abrangente, como o direito de herança.

Ao tratar das garantias institucionais, percebe-se que o impacto da constitucionalização da herança é pouco refletido no direito subjetivo. Considerando que se trata de um direito inserido no texto constitucional, em posição de destaque no ordenamento, poderia se esperar que seus reflexos fossem mais visíveis ao indivíduo. A despeito disso, a compreensão do art. 5º, XXX, da CRFB/88, como a garantia de um instituto, indica que a herança é um bem valioso ao ordenamento pátrio, mas que os direitos subjetivos serão definidos em outros dispositivos. De modo que sua maior consequência é na preservação da herança como instituto, por meio da manutenção de suas características essenciais.

Feitas as considerações, compreende-se que a inserção da herança na CRFB/88 tem reflexos na proteção da propriedade e na mudança de concepção do Código Civil. A Constituição de 1988 implica em mudanças na legislação infraconstitucional, uma vez que as diferenciações realizadas se tornam incompatíveis com a nova carta constitucional. Além disso, a herança é um direito fundamental e cláusula pétrea, que, por si, significa consequências ao poder reformador do Estado. Finalmente, destaca-se o direito de herança como a garantia de um instituto, que responde à necessidade de preservar um bem jurídico caro à população brasileira.

Embora o foco deste estudo não seja esgotar as consequências havidas pela constitucionalização da herança, compreendê-las fomenta o verdadeiro objeto de pesquisa. O que influenciou a constitucionalização da herança, a visão sobre as possíveis consequências que eram desejadas à nação ou os demais fatores externos ao texto constitucional? Novamente, a resposta não deve apontar um único fator. Além disso, observar as consequências permite apreciar a importância da constitucionalização da herança, em especial, para a manutenção do instituto diante de possíveis ameaças do próprio Estado.

---

<sup>138</sup> MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. Curso de Direito Constitucional. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. p. 169-171.



## 5 CONCLUSÃO

Neste estudo, foram analisados os fatores que possivelmente contribuíram para a constitucionalização da herança. No entanto, não é o objetivo eleger uma que tenha sido decisiva, tampouco esgotar as possibilidades. Efetivamente, pretende-se que as diversas influências suscitadas demonstrem a relevância da inserção da garantia do direito à herança, na CRFB/88.

A constituinte de 1987 significava o retorno da democracia, após um período de desprezo de direitos básicos do cidadão brasileiro. Ademais, verificou-se nos constituintes o ímpeto de garantir bens jurídicos essenciais ao indivíduo, protegendo-os do autoritarismo pretérito. Nesse cenário, a CRFB/88 é uma forma de resguardar garantias da atuação do próprio Estado. Assim, o contexto histórico brasileiro foi determinante na constitucionalização de direitos, entre eles, a herança.

Ainda antes do início da ANC, a Comissão Afonso Arinos elaborou anteprojeto no qual já estava prevista a garantia da herança. A influência desta comissão, nas discussões constitucionais que seguiram, foi comprovada por menções feitas pelos constituintes e pela presença de Afonso Arinos na Comissão de Sistematização e de Cândido Mendes na subcomissão da ANC que debateu sobre a herança. A semelhança textual também sugere a influência, já que a redação do dispositivo, previsto no anteprojeto da Comissão Provisória, é similar à redação final promulgada na CRFB/88, no inciso XXX, do art. 5º.

No entanto, o anteprojeto do relator da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais previu o direito à herança com arranjo diferente daquele da Comissão Afonso Arinos, colocando-o como acessório da propriedade. Nesse caso, a presença de redação distinta, no primeiro texto oficial produzido na ANC, pode indicar a interferência de outras fontes que inspiraram o pensamento constituinte, além da Comissão Provisória.

Da análise da ANC, depreende-se que questões como a propriedade e os impostos dominaram as discussões sobre a herança. Em especial, a propriedade se apresentou como uma das principais influências na constitucionalização da herança. Algumas das falas dos constituintes demonstraram que o temor da consolidação da reforma agrária no texto constitucional, levou à garantia da herança como uma forma de blindar o patrimônio do *de cujus* e a propriedade dos herdeiros. Inclusive, alguns autores, como Celso Ribeiro Bastos, justificam a constitucionalização da herança apenas como necessidade de assegurar que a propriedade não se tornasse um mero usufruto vitalício.

Por outro lado, as discussões tributárias ilustraram a preocupação dos constituintes em promover a justiça social, de forma que o imposto sobre a herança resultasse no retorno de parte do patrimônio à sociedade. Na Comissão de Sistematização, as propostas de emendas centraram-se em aspectos tributários que deixaram evidente o intuito de proteger a propriedade dos mais fragilizados após a morte do autor de herança. Conclusão que decorre de proposições que buscavam isentar do imposto os herdeiros de um imóvel único. Ao fim, a previsão sobre a incidência de impostos foi retirada do dispositivo destacado, pois tratava-se de matéria da competência de outro capítulo da Constituição.

Pouco se questionou sobre a inclusão ou não da herança no texto constitucional, mas ocorreram longos debates sobre questões secundárias – como a propriedade e os tributos. Afere-se, então, a consciência de que a herança precisava ser garantida na Constituição, fazendo com que o foco do debate fossem as previsões acessórias e não o questionamento sobre a constitucionalidade da herança. Ainda na ANC, outras subcomissões trataram sobre a herança, como a Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica. Ela também previu o direito à herança em seu anteprojeto, o que confirma a noção de que a garantia da herança era necessária.

Ademais, a ANC de 1987 se destaca pelo envolvimento popular. A população brasileira foi convidada a participar ativamente da elaboração de sua norma fundamental, o que foi feito nas audiências públicas, emendas populares e sugestões à assembleia. Entre milhares de sugestões populares enviadas aos constituintes, foram realçadas as que mencionavam o direito sucessório. Em suma, a população pleiteou sobre os custos do inventário, os tributos que incidiriam sobre a herança, o tratamento igualitário em relação aos filhos e a necessidade de resguardar o cônjuge supérstite.

As sugestões da população respondem se houve uma demanda social latente a ponto de influenciar na constitucionalização da herança. O que se viu é que as propostas foram variadas, cobrindo diversos interesses no direito sucessório. Possivelmente influíram na decisão dos constituintes, uma vez que tratam de assuntos que, de certa forma, foram supridos por disposições elaboradas naquela assembleia – apesar de as sugestões sobre a herança somarem uma pequena quantidade. Além disso, o relatório que antecede a apresentação do anteprojeto de Darcy Pozza à subcomissão, comenta o recebimento das sugestões e expressa que a maioria delas foi acolhida no anteprojeto, cujo texto previa o direito de herança.

Já na perspectiva internacional, outras influências colaboraram para a constitucionalização da herança. No texto da CADH e nas constituições alienígenas analisadas,

o direito à herança é reconhecido pelo Estado, com redação que lembra a eleita a da CRFB/88. Observa-se a repetição da garantia da herança associada à propriedade. Além disso, os diplomas estrangeiros vistos expressam a constitucionalização de direitos fundamentais após o enfrentamento de governos autoritários. Fato que se assemelha com o contexto histórico brasileiro em 1988.

Para além, em face de sua condição de direito fundamental, a herança se insere no movimento internacional de constitucionalização dos direitos fundamentais. Destaca-se que o Brasil não foi o primeiro a inserir a herança em sua carta magna, embora a CRFB/88 tenha sido a primeira Constituição brasileira a trazê-la expressamente. Assim, as correlações fortalecem a possibilidade de influência internacional na Constituição do Brasil.

Enfim, logra-se à análise das consequências da constitucionalização da herança. Nesse ponto, a influência da propriedade se confirma, pois a garantia da herança de fato fortalece a preservação da propriedade destinada aos herdeiros. Além do mais, a inserção da herança no texto constitucional, como cláusula pétrea, faz com que o legislador não possa restringir o direito à herança que seus titulares já conservavam. No caso do Brasil, antes da CRFB/88, o cidadão brasileiro já tinha o direito à legítima, que passa a ter esse respaldo constitucional.

Ainda, o *caput*, do art. 5º, enuncia o princípio da igualdade, que tem implicações diretas ao cidadão. Até mesmo alguns problemas elencados nas sugestões mencionadas não persistiram diante do princípio da igualdade. Ele reflete muitas das consequências observadas no direito sucessório após a promulgação da CRFB/88. Isso porque expressou a incompatibilidade de normas do CC/16 que promoviam a diferenciação, principalmente, entre o homem e a mulher e entre os filhos tidos dentro ou fora do casamento.

O art. 5º, XXX, da CRFB/88, de outro modo, tem consequências sutis ao indivíduo. A redação do inciso “é garantido o direito de herança” promove a segurança do instituto, não de direitos subjetivos. Trata-se de uma garantia do instituto de direito sucessório, que protege um bem jurídico essencial das ingerências do próprio Estado. O objetivo primordial do dispositivo é assegurar que o instituto seja minimamente mantido. Desta forma, as consequências da constitucionalização da herança são mais presentes na preservação dos moldes gerais do direito à herança, ficando a cargo do legislador as definições mais específicas sobre os direitos subjetivos decorrentes.

Também é por meio da redação do artigo que se nota que o Estado brasileiro reconhece o direito de herança ao cidadão. A possibilidade de reconhecimento do direito de herança coaduna com o texto da CADH e explicaria as poucas falas sobre a herança na constituinte.

Tendo em vista que um direito a ser reconhecido, como garantia de um instituto, é imprescindível para preservar um bem valioso à nação brasileira e, portanto, deveria ter lugar certo na carta constitucional, – já que o Estado deve reconhecê-lo para forçar sua preservação mínima. Fator relevante diante do contexto histórico de repressão aos direitos fundamentais – vivenciado logo antes da CRFB/88, que buscou proteger certos institutos de possíveis violações autoritárias.

Assim, são várias as possíveis influências que contribuíram para a constitucionalização da herança: o contexto histórico brasileiro, a propriedade, a Comissão Afonso Arinos, os debates na constituinte, as sugestões populares e a inspiração internacional. Com o leque de possibilidades, percebe-se que a garantia do instituto de direito sucessório é justificada e merece o lugar que ocupa entre os direitos fundamentais ao cidadão brasileiro. Em que pese esta pesquisa não fornecer respostas objetivas, fomenta a importância do art. 5º, XXX, da CRFB/88.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXY, R. Teoria dos direitos fundamentais. [s.l.] Malheiros, 2006. p. 279.

APEM - Base histórica. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

BARBOSA, G. Centrão vence e força mudanças. Correio Braziliense, 4 dez. 1987.

BARROSO, L. R. Vinte anos da constituição de 1988: a reconstrução democrática do Brasil. Revista de informação legislativa, v. 45, n. 179, p. 25–37, 2008.

Base de dados SAIC - Sugestões da população para a Assembléia Nacional Constituinte de 1988. Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/asp/detalheDocumento.asp?codBase=1&\\_\\_codDocumento=8549&sgBase=SAIC&q=Herança](http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/asp/detalheDocumento.asp?codBase=1&__codDocumento=8549&sgBase=SAIC&q=Herança)>. Acesso em: 15 jun. 2020.

Base de dados SGCO - Sugestão dos constituintes à Constituinte de 1988. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/asp/detalheDocumento.asp?codBase=5&codDocumento=2080&sgBase=SGCO&q=Herança>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BASTOS, C. R. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 1999.

BASTOS, M. V. F. Comissão Afonso Arinos, assembleia nacional constituinte e a elaboração da constituição de 1988: construção, procedimento e legitimidade. [s.l.] Universidade de Brasília, 2018. p. 120.

BISOL, J. P. Parecer e substitutivo da comissão da soberania e dos direitos e garantias do homem e da mulher. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-66.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Substitutivo do Relator da Comissão da soberania e dos direitos e garantias do homem e da mulher. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 8 jun. 1987. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-66.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BONAVIDES, P. Curso de direito constitucional. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 526-544.

BRASIL. Ata da comissão da soberania e dos direitos e garantias do homem e da mulher. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 17 jun. 1987. p. 17. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup78anc17jun1987.pdf#page=4>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Anteprojeto da subcomissão dos direitos e garantias individuais. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, 1987. Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/1c\\_Subcomissao\\_Da\\_Nacionalidade,DosDireitosPoliticoss.pdf](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/1c_Subcomissao_Da_Nacionalidade,DosDireitosPoliticoss.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Anteprojeto de Constituição. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/ANTE/23769.html>>. Acesso em: 15 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Atas das comissões. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 27 maio. 1987. p. 1071. Grifos Aditados. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/diarios\\_anc](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/diarios_anc)>. Acesso em: 21 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Projeto C do Plenário. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-314.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Substitutivo 2 do Relator. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-242.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Anteprojeto da comissão da soberania e dos direitos e garantias do homem e da mulher. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-69.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Anteprojeto da comissão provisória de estudos constitucionais. Entrevista concedida em painel realizado pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1986. p. 131. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/download/60121/58440>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Ata da subcomissão dos direitos e garantias individuais. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. p. 69 Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/1c\\_Subcomissao\\_Da\\_Nacionalidade,Dos\\_Direitos\\_Politicos,.pdf](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/1c_Subcomissao_Da_Nacionalidade,Dos_Direitos_Politicos,.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Comissão de sistematização. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987.

\_\_\_\_\_. Projeto B do Plenário. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-299-sup01.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Projeto de constituição. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/PROJ/29881.html>>. Acesso em: 15 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Substitutivo 1 do Relator. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-235.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

BRAZ, D. Emenda 01258. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-J/25240.html>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

CARNEIRO, N. Emenda 00356. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-E/8105.html>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

CARVALHO, A. Processo constituinte, reforma urbana e soberania popular. In: Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular - caderno de textos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. p. 11.

CAVALCANTI, M. Emenda 07007. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-M/37366.html>>. Acesso em: 1 abr. 2020.

COELHO, J. G. L. O processo constituinte no país e no estado, a nova ordem e as questões federativas. Disponível em: <[http://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos\\_legislativos/article/view/33](http://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos_legislativos/article/view/33)>. Acesso em: 23 abr. 2020.

Constituinte tem 48 mil sugestões. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/113238/1987\\_12\\_a\\_20\\_de\\_Marco\\_068.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/113238/1987_12_a_20_de_Marco_068.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 22 abr. 2020.

COSTA, J. M. Art. 5º, XXX – é garantido o direito de herança. In: CANOTILHO, J. J. G. et al. (Eds.). Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2013.

Discurso de Ulysses Guimarães na promulgação da Constituição de 1988. p. 297. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/4103/2856>>. Acesso em: 21 out. 2020.

DOMINGOS, A. Emenda 02038. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-SC/02038.html>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12 ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 526-547.

FERNANDES, B. G. Curso de Direito Constitucional. 9. ed. Salvador: JusPODIVM, 2017. p. 612.

FILHO, G. B. M. A família como garantia institucional na Constituição. In: LINHARES, E. DE A.; SEGUNDO, H. B. M.; NETO, A. R. (Eds.). Democracia e Direitos Fundamentais: uma homenagem aos 90 anos do professor Paulo Bonavides. São Paulo: Grupo GEN, 2016. p. 359.

FIUZA, R. Emenda 04419. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-J/27951.html>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

FONTOURA, J. Emenda 0025. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-B/4694.html>>. Acesso em: 18 out. 2020.

GOMES, F. L. O direito fundamental à herança: âmbito de proteção e consequências de sua constitucionalização. [s.l.] Universidade Federal do Ceará, 2015.

GONÇALVES, D. Justificativa da Emenda 000873. In: Emendas ao anteprojeto da subcomissão. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. p. 224.

\_\_\_\_\_. Emenda 000873. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-E/12911.html>>. Acesso em: 18 out. 2020.

GONÇALVES, M. A comissão Afonso Arinos como ensaio técnico da constituinte de 1987-88. Décimo Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2016. p. 324.

IENSEN, M. Emenda 00549. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-M/30914.html>>. Acesso em: 1 abr. 2020.

LIMA, J. A. O.; PASSOS, E.; NICOLA, J. R. A gênese do texto da Constituição de 1988. 2013–2014. ed. Brasília: Senado Federal, 2013.

LIMA, O. Relatório e anteprojeto da Subcomissão da política agrícola e fundiária e da reforma agrária. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 8 maio. 1987. p. 12 Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-177.pdf>> Acesso em: 19 maio de 2020.

LÔBO, P. Direito constitucional à herança, saisine e liberdade de testar. Araxá: 2013.

MARTINEZ, J. C. Emenda 18126. In: Emendas oferecidas em plenário ao projeto de constituição. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. p. 1897.

MASINI, J. Emenda 19703. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-M/50050.html>>. Acesso em: 1 abr. 2020.

MEDINA, R. Justificativa da emenda 00243. In: Emendas ao anteprojeto do relator da subcomissão. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987.

\_\_\_\_\_. Emenda 00243. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-B/4712.html>>. Acesso em: 18 out. 2020.

MEIRELLES, A. Ulysses tenta esvaziar o trabalho dos notáveis. Jornal de Brasília, v. 4211, 1986.

MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. Curso De Direito Constitucional. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

MONCLAIRE, S. A constituição desejada: SAIC: as 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros a assembleia nacional constituinte. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1991.

MONTEIRO, B. Emenda 00349. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-E/8098.html>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MORAES, A. Direito Constitucional. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 516.

MOREIRA, Maria Ester Lopes. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-carioca>> Acesso em: 20 de jul. 2020.

PITANGUY, J. A mulher. In: Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular - caderno de textos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. p. 69.

Portal da constituição cidadã. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/o-processo-constituente](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/o-processo-constituente)>. Acesso em: 10 mar. 2020.

POZZA, D. Emenda 00100. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-G/16122.html>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

QUADROS, D. T. Emenda 01116. In: Emendas oferecidas em plenário ao projeto de constituição B. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. p. 136.

RATTES, A. M. Um olhar de 20 anos. In: Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular - caderno de textos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

REVERS, I. O sonho que virou pesadelo. In: Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular - caderno de textos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. p. 63–65.

ROSENMANN, M. Emenda 15211. In: Emendas oferecidas em plenário ao projeto de constituição. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. p. 1592.

SARLET, I. W. Direitos sociais, mínimo existencial e o núcleo essencial dos direitos fundamentais - algumas aproximações. In: TOFFOLI, J. A. D. (Ed.). 30 Anos da Constituição Brasileira - Democracia, Direitos Fundamentais e Instituições. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 645.

SENNA, V. Anteprojeto da subcomissão de princípios gerais, intervenção do estado, regime da propriedade do subsolo e da atividade econômica. Brasília, Diário da Assembleia Nacional Constituinte. 1987. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-165.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2020.

SERRA, J. Emenda 19074. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-M/49428.html>>. Acesso em: 1 maio. 2020.

SILVA, J. A. Comentário contextual à Constituição. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 23 -126.

SOUZA, M. R.; SAUER, S. A reforma agrária e a constituinte. In: Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular - caderno de textos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. p. 85-87.

SPINELLI, U. Emenda 00005. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-G/16027.html>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

Subcomissão dos direitos e garantias individuais. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/Comissao-1/subcomissao1c](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/Comissao-1/subcomissao1c)>. Acesso em 20 mar. 2020.

TARTUCE, F. Manual de direito civil. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

TEMER, M. A constituinte de 1988. In: TOFFOLI, J. A. D. (Ed.). . 30 Anos da Constituição Brasileira - Democracia, Direitos Fundamentais e Instituições. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 777.

TROIANO, M. Entre o passado e o futuro: o processo constituinte de 1987-88. Revista de Direito Mackenzie, v. 9, n. 2, 2016. p. 197–217.

WEBER, R. Trinta anos da constituição coragem: caminho de afirmação dos direitos fundamentais do cidadão trabalhador. In: TOFFOLI, J. A. D. (Ed.). 30 Anos da Constituição Brasileira - Democracia, Direitos Fundamentais e Instituições. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 531.

WERNECK, S. Emenda 030249. In: Emendas oferecidas ao anteprojeto de constituição. Brasília: Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987. p. 720.